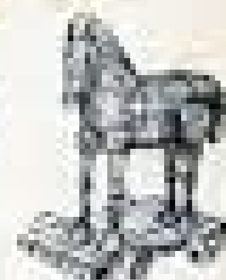
O mundo carolíngio

Sonia Regina de Mendonça



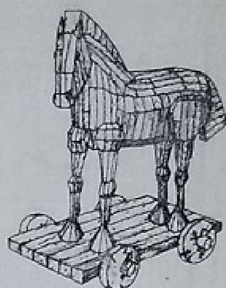
tudo é história
99



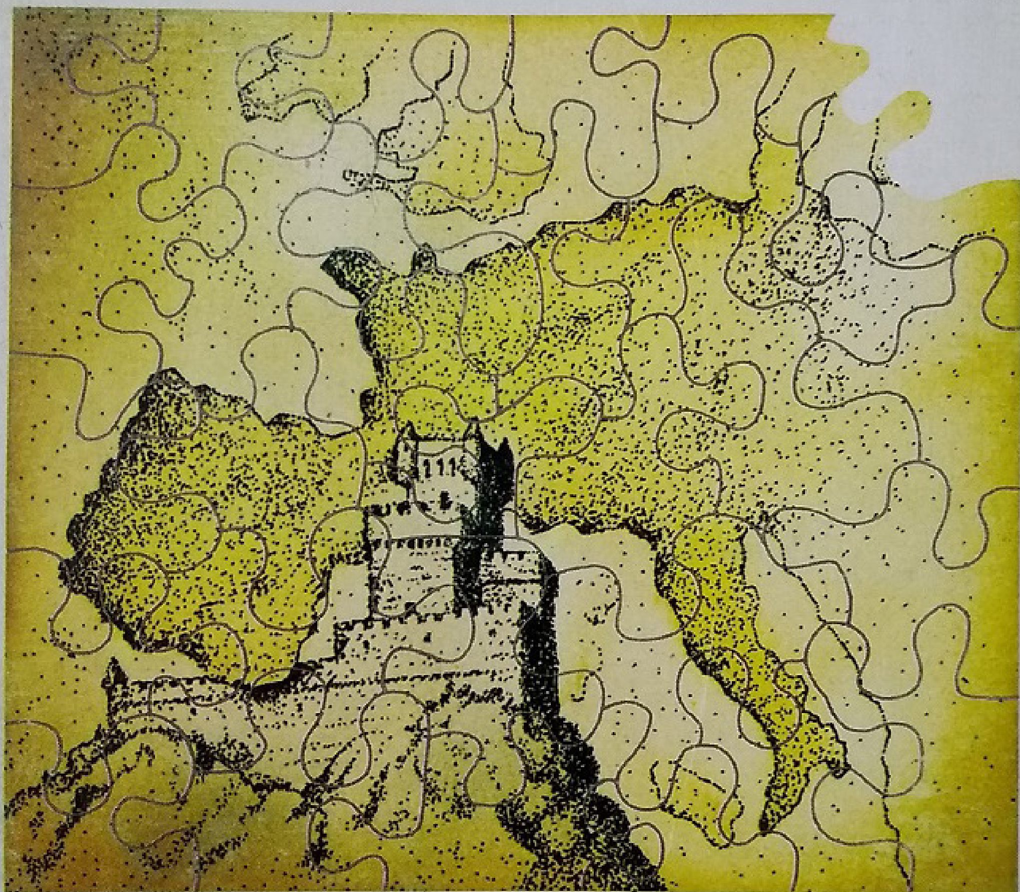
brasiliense

O mundo carolíngio

Sonia Regina de Mendonça



tudo é história
99



brasiliense





QUALÉ

Para ler e debater com conhecimento de causa

Quantas e quantas vezes você não se flagrou em meio a uma discussão interessante e teve de ficar quieto por falta de argumentos? **QualÉ:** uma coleção que pretende deixar você por dentro dos principais temas do Brasil de hoje, mas sem a linguagem codificada do texto especializado. Entre o pique da reportagem e a primeira informação, **QualÉ.**

1. **A Questão da USP** — *Florestan Fernandes*
2. **A Questão do Alcoolismo** — *Jandira Masur*
3. **A Questão da Inflação** — *Carlos R. Mendes Ribeiro*
4. **A Questão da Negritude** — *Zilá Bernd*
5. **A Questão da Reserva de Mercado** — *Olavo Setubal*
6. **A Questão da Democracia** — *Denis L. Rosenfield*
7. **A Questão do Bóia-Fria** — *Maria Conceição D'Incao*
8. **A Questão da Amamentação** — *José Martins Filho*

A sair:
A Questão do Controle da Natalidade — *Kurt Kloetzel*

brasiliense

LEITURAS AFINS

Coleção Tudo é História

- As Cruzadas — *Hilário Franco Jr.*
- O Feudalismo — *Hilário Franco Jr.*
- *A Inquisição* — *Anita Novinsky*
- *O Mundo Antigo — Economia e Sociedade* — *Maria B. B. Florenzano*

Coleção Primeiros Vôos

- Sociedade Feudal — Guerreiros, Sacerdotes e Trabalhadores — *Francisco C. T. da Silva*

Sonia Regina de Mendonça

O MUNDO CAROLÍNGIO

brasiliense

1985

Copyright © Sonia Regina de Mendonça

Responsável editorial:
Lilia Moritz Schwarcz

Capa e ilustrações:
Gilberto Miadaira

Revisão:
Gilberto D'Angelo Braz
José W. S. Moraes



editora brasiliense s.a.
01223 — r. general jardim, 160
são paulo — brasil

ÍNDICE

Introdução 7
As estruturas na Alta Idade Média Ocidental 11
O Estado Carolíngio: limites e realizações 65
Conclusão 87
Indicações para leitura 90



INTRODUÇÃO

O ano de 476 da era cristã representa um marco na história da Europa: Roma sucumbia diante dos bárbaros de Odoacro. Foi o golpe de misericórdia numa estrutura de há muito em crise, e representou o desaparecimento do Império Romano do Ocidente como entidade política.

Os sintomas da crise do mundo antigo já eram latentes desde o século I, quando, à decretação da paz romana, se sucederam a estabilização das conquistas e a conseqüente dificuldade na reposição da mão-de-obra escrava, que sustentava a produção do império. Até o século V, a história do Império Romano se resumia numa série de transformações efetuadas, a fim de diminuir os efeitos da crise do escravismo.

Num primeiro momento, a fixação das fronteiras estabeleceu um relativo equilíbrio social entre a massa da população que produzia — composta por

homens livres e escravos — e o reduzido grupo de consumidores — a aristocracia rural e urbana, o pessoal administrativo e o exército. No entanto, à medida que as pressões das tribos germânicas sobre as fronteiras aumentaram, acentou-se a militarização do império e seu precário equilíbrio viu-se em xeque. A ampliação dos contingentes militares drenava camponeses para um setor não produtivo, cujas demandas não deixaram de crescer. Ao mesmo tempo, a produção se reduzia, já que o baixo nível técnico existente não permitia compensar a diminuição da população produtiva. As condições de vida no campo se deterioravam.

A produção voltada para o grande comércio também sofria transformações. A ausência de fontes regulares de escravos levou à regionalização da economia do império, como forma de racionalizar os estoques de mão-de-obra, os transportes e a disponibilidade local de matérias-primas. A médio prazo, entretanto, o efervescente caráter das atividades mercantis e urbanas declinaria. A redução dos circuitos monetários, a elevação geral dos preços e o estrangulamento do grande comércio foram outros sintomas da crise, agravada pelo fato de que, no Ocidente, a tradicional grande propriedade, mantida por equipes de escravos (latifúndio), desvinculava-se, lentamente, do atendimento de mercado das cidades. Acentuava-se o caráter "natural" da economia, embora não de forma absoluta.

A crise também provocou inúmeras transformações no campo. Os pequenos produtores agrícolas,

pressionados pelas taxações e pelos preços elevados, tornavam-se presa de fome e epidemias, procurando solução no êxodo rural, ou na proteção de um poderoso vizinho, em troca da qual cederiam sua terra e seu trabalho, ou mesmo em revoltas. A economia ruralizava-se. Ao lado da extensão dos baldios, da redução dos cultivos e do declínio da população, o próprio latifúndio se redefinia. A grande propriedade, por um lado, ampliava sua extensão às custas dos lotes vizinhos; por outro, absorvia novo tipo de trabalhador, o camponês dependente ou colono. Em seu conjunto, ela voltava-se cada vez mais para o autoconsumo.

Mas os efeitos da crise também atingiram a administração imperial, em particular ao reforçar o papel do exército. Para conter os movimentos sociais no interior do império, bem como as pressões germânicas nas fronteiras, o poder militar — em meio à dificuldade de transportes, mobilização e abastecimento — igualmente se regionalizou. Fragmentou-se o comando, abrindo caminho à anarquia política. O Estado, para fazer frente às despesas, maximizou os impostos, multiplicando o número de funcionários responsáveis por sua arrecadação. Sendo muitos deles grandes proprietários, era fácil driblarem o fisco, reforçando sua autoridade sobre a região circunvizinha. Tinha início um processo de apropriação das funções públicas por particulares que solapava o poder central pelas bases.

Minada por dentro, a parte ocidental do império não resistiu às novas hordas bárbaras que sobre ela

se lançaram no século V. Após o ano de 476 consagrou-se a tendência à regionalização. O Ocidente transformou-se num mosaico de reinos romano-germânicos, dos quais se destacaram o dos ostrogodos, na Itália; o dos visigodos, na Espanha; o dos vândalos, na África do Norte e o dos francos, ao norte da França. Este último foi o mais expressivo e duradouro de todos, servindo como suporte para a construção carolíngia. A unidade do mundo antigo, baseada na noção do Estado e do bem público, era substituída pela divisão política, reforçada pela concepção germânica do exercício do poder como uma propriedade pessoal do rei.

No entanto, pouco mais de três séculos após a queda de Roma, ocorria, no Natal de 800, a coroação imperial de Carlos Magno. À primeira vista, assistia-se ao restabelecimento do império, com a reunificação da Europa, a centralização do poder e o retorno do uso da escrita na administração. Mas como teria sido possível semelhante empresa, quando as tendências dissociativas presentes na economia, na sociedade e no Estado apontavam em direção à fragmentação? O que, de fato, significou o Império Carolíngio? Que papel teria ele cumprido?

O objetivo deste estudo é o de tentar responder a essas perguntas, cujas soluções só podem ser buscadas na análise das estruturas da Alta Idade Média e sua evolução.



AS ESTRUTURAS NA ALTA IDADE MÉDIA OCIDENTAL

O período inaugurado pelo estabelecimento dos reinos bárbaros no Ocidente caracterizou-se, do ponto de vista das estruturas, pelo reforço das tendências à regionalização e à fragmentação já esboçadas desde a crise do Império Romano. A Europa Ocidental do século V ao VIII atravessou uma etapa decisiva, na qual se davam simultaneamente a superação do escravismo e a sedimentação de relações sociais de novo tipo. Os fundamentos da Idade Média e do regime feudal estavam em gestação e, claramente, não apontavam em direção à unidade ou mesmo a centralização alguma. Se a concepção de um poder universal perdurou, foi graças à Igreja, que preservou a idéia de império.

Economia

A história do Ocidente na Alta Idade Média é aquela da fusão entre as heranças romana, germânica e cristã, na formação de um novo mundo. Se Roma já legara uma tendência à ampliação das vilas e à constituição de novas relações de produção não escravistas no campo, os germanos, por sua vez, contribuíram para acentuá-las, ao propiciarem a recriação de um campesinato livre na Europa. Esse campesinato, oriundo de uma estrutura tribal que já conhecia a propriedade privada, guardava resquícios de uma organização comunal de trabalho, decorrente de seu próprio sistema de cultivo. Em cada aldeia, cada família detinha uma faixa de terra que, por sua forma longa e estreita, obrigava ao trabalho conjunto. Coletivo também era o uso dos prados e bosques.

Logo, conviviam no Ocidente cristão a grande propriedade e a pequena exploração familiar; o trabalho escravo e o camponês livre; a escravidão e a liberdade, numa gama enorme de matizes. Como vieram a fundir-se esses elementos?

Os germanos, que eram camponeses proprietários de terras livres (ou alódios), sofreram alguns constrangimentos para se colocar sob a proteção de um senhor. Havia a pressão decorrente do clima de insegurança generalizada da época. E também aquela decorrente da dificuldade de manterem o seu próprio estatuto de homens livres, já que, como tais, eram obrigados a atender às convocações militares e aos tribunais populares, ficando impossibilitados de

cuidar de suas terras. Nessas circunstâncias, os camponeses optavam por entregar sua propriedade a um poderoso vizinho que, em troca da "proteção", cobrava-lhes renda e serviço. Poucos foram os alódios que resistiram à expansão da vila, que chegou a absorver aldeias inteiras para compor uma reserva de mão-de-obra capaz de compensar o nível medíocre das forças produtivas. No tocante às condições de sua existência, o antigo camponês alodial, ao tornar-se detentor de uma terra agora integrada ao domínio, equiparava-se, na prática, ao colono de origem romana e até ao escravo. Daí resultaria, ao final do período estudado, a nivelação da situação de dependência dos trabalhadores rurais, todos eles presos à terra.

Assim, na gestação do regime feudal, integravam-se lentamente a grande propriedade, a pequena exploração (ou tenência) e a reserva comunal numa só forma de unidade produtiva — o domínio; de igual maneira, escravos e livres originaram um só tipo de produtor dependente — o servo. O predomínio da economia rural, do caráter auto-suficiente da grande propriedade (baseada no policultivo e nas atividades artesanais) e da subordinação da população dos campos ao poder dos senhores foram alguns produtos desse processo que se estendeu até o século VIII, quando se estabeleceram as bases do Império Carolíngio.

Os carolíngios, ao promoverem a unificação de toda a Europa e ao procurarem criar mecanismos homogêneos de controle desse vasto conjunto, propicia-

ram a difusão das novas formas de produzir e trabalhar, bem como a redefinição de novo papel para as atividades mercantis e a circulação da moeda.

O regime dominial

Para o historiador, o esforço de reconstrução política dos carolíngios teve, como uma de suas conseqüências mais positivas, o restabelecimento do uso da escrita na administração. Preocupados com a afirmação de seu próprio poder e sua capacidade de centralização, os soberanos deixaram por escrito suas ordens e decisões, assim como fizeram descrever, detalhadamente, os bens contidos em seus domínios e nos das igrejas, pelas quais julgavam-se responsáveis. Por isso, o período foi o primeiro a proporcionar maior conhecimento sobre a vida econômica da Alta Idade Média e seus pontos obscuros.

No entanto, as fontes produzidas nessa época padecem de alguns limites que dificultam o trabalho dos medievalistas. Por um lado, porque elas só contêm a descrição de domínios "padrão" (do rei ou das abadias) que eram usados como modelo para todos os demais proprietários. Por outro, porque as propriedades se situavam, quase todas, numa mesma área, o coração do império, próximas aos centros administrativos. E os demais domínios das outras regiões geográficas? E a propriedade alodial? E o mundo camponês? Sobre tais pontos a documentação é praticamente nula. Logo, as fontes carolíngias deram

margem a que se cristalizasse um modelo da exploração rural na Alta Idade Média, que se convencionou chamar de domínio clássico. Mas, pelas razões expostas, devemos ter em mente que o domínio clássico pode não ter sido tão típico assim, isto é, pode não ter sido — e de fato não o foi, como veremos — uma realidade geral na economia agrária européia do período.

E o que era domínio? Tradicionalmente, domínio ou vila é identificado a grande ou até a imensa propriedade rural. Quanto a isso, é importante lembrar que, o que os documentos descrevem como sendo a propriedade global de um mesmo dono, era na verdade um conjunto de vilas diferentes, muitas vezes espalhadas por regiões distintas e até distantes do império. É, pois, ao nível de cada vila que se deve pensar o domínio.

Grosso modo, assimila-se o domínio carolíngio ao que se tornaria mais tarde uma paróquia. Mas esta não deixa de ser uma imagem muito aproximativa e imperfeita das situações concretas existentes. A grande variedade de exemplos contidos na documentação torna praticamente impossível tentar obter a superfície média de um domínio. Este, tanto poderia variar de 200 a 2 000 hectares (como nos casos das abadias de Saint Germain de Près e Annapes, respectivamente), como constituir-se de áreas menores que não ultrapassavam poucas dezenas de hectares. Registraram-se, ainda, casos excepcionais, abrangendo até 18 600 hectares

Para desmistificar essa tradicional imagem do

domínio como equivalente à enorme propriedade, devemos levar em conta que ele era, sob a aparente simplicidade das descrições, um organismo em constante movimento. Seu crescimento — através da incorporação de doações ou de novas áreas tomadas aos bosques — bem como seu encolhimento — por via das partilhas sucessórias e fragmentações — se davam às vezes bem rapidamente. Com isso, vemos que o traço mais característico do domínio carolíngio não era tanto a sua dimensão, mas sim a sua estrutura de funcionamento, a forma como era explorado e a distribuição interna de suas partes entre o senhor e os camponeses.

A exploração agrícola dominial caracterizou-se, sobretudo, por sua organização em moldes extensivos, uma forma de compensar a deficiência dos instrumentos de produção. Desde a crise do Império Romano, o baixo nível técnico das forças produtivas não sofrera nenhuma alteração, chegando mesmo a haver certas inovações datadas dessa época — como o moinho d'água, por exemplo — que nem sequer tiveram uma difusão expressiva. Da mesma forma, algumas novidades germânicas, como o arado de rodas e o sistema de rotação trienal de cultivos (alternando dois tipos de culturas e uma faixa em pousio), permaneceram restritas a poucas áreas da Europa. Logo, não foi ampliada a superfície das terras cultiváveis do Ocidente, predominando por toda parte os bosques e os pântanos, indomados pelo homem. Em conseqüência, a economia agrária continuava a basear-se na má exploração de solos pouco férteis, que

cedo se esgotavam. O antigo arado romano, que pouco penetrava ou revolvia a terra, bem como o tradicional sistema de rotação bienal de cultivos eram a regra geral. Nesse contexto, a produtividade do trabalho era baixa e o único meio viável para minimizá-la seria dotar o domínio de ampla reserva de mão-de-obra.

Internamente, cada domínio se dividia em duas partes: a reserva senhorial (*mansus indominicatum*) e as tenências camponesas, também chamadas de mansos.

A reserva, de uso exclusivo do senhor, consistia na maior e melhor fração da terra dominial, compreendendo três espaços bem demarcados: as terras cultiváveis, a corte e a terra inculta. As primeiras, aproximadamente 1/3 ou 1/4 da superfície total, constituíam-se dos campos de exploração direta do proprietário e englobavam também as vinhas, os prados e os solos silvestres e baldios (importantes para a pastagem do gado menor e na obtenção do esterco). A reserva, por sua vez, organizava-se ao redor da corte, o centro de exploração da terra arável. Era composta por um grupo cercado de construções: celeiro, cocheiras, estábulos, cozinha, gineceus (oficinas artesanais) e demais dependências, além de um ou mais moinhos e a capela.

Por mais expressiva que fosse a dimensão da terra arável e seus anexos, a maior parcela da reserva senhorial se resumia aos bosques, dispersos nos limites do terreno. Sua função era a de complementar a economia agrária da Alta Idade Média, quer como

área privada de caça senhorial (donde provinham os couros e peles que substituíam os tecidos), quer pela possibilidade que oferecia à ceva do gado miúdo.

A segunda fração do domínio compunha-se do conjunto das explorações camponesas, que eram atribuídas a título hereditário a seus detentores e cujo número variava muito. No seu total, esta parte era menor que a reserva senhorial, correspondendo a 2/3 ou 2/5 dela. No entanto, o regime senhorial seria inconcebível sem a união orgânica entre a reserva e as tenências que a cercavam. E isso por duas razões. Em primeiro lugar, porque era preciso fazer frente à estagnação demográfica existente desde a crise do Império Romano, que desequilibrava a relação entre a mão-de-obra disponível e a necessária. Em segundo, porque a organização do regime agrário devia permitir que os proprietários tivessem sempre a seu dispor uma quantidade elevada de trabalhadores, capaz de compensar até mesmo os efeitos do esgotamento progressivo da escravidão.

A escravidão, que desde o século V tinha um caráter cada vez mais residual, se revelava inadaptável à produção extensiva dos cereais e da vinha. Como esses cultivos eram distribuídos de forma desigual ao longo do ano, os senhores viam-se obrigados a sustentar um estoque permanente de mão-de-obra que só era necessário, a rigor, nos meses de maior atividade. Tornava-se mais vantajoso para o detentor de um domínio estabelecer o escravo numa tenência, da qual ele tiraria seu próprio sustento ou, ainda, requisitar o grande número de jornadas de trabalho (cor-

véias) que a reserva exigia dos camponeses livres possuidores de mansos. Assim, vemos que o papel real das explorações camponesas no regime dominial era, sobretudo, o de propiciarem um amplo reservatório de mão-de-obra para o cultivo do *mansus indominicatum*.

E o que era uma tenência? Teoricamente, era a unidade de exploração capaz de satisfazer as necessidades de um casal de cultivadores. Na prática, o manso apresentava-se sob diferentes formas dentro de um mesmo domínio. O seu número, sua extensão e, principalmente, seu estatuto legal variavam, distinguindo-se, neste último caso, o manso livre do manso servil, segundo a condição jurídica de seus detentores, isto é, homens livres ou escravos, respectivamente.

O manso livre, em princípio, deveria ser maior que o servil e era gravado com obrigações menos pesadas para o camponês que o detinha: apenas serviços de transporte e prestações ocasionais na reserva senhorial. O manso servil, ao contrário, impunha para seu detentor (um escravo estabelecido) uma série de tarefas mais braçais e de caráter permanente junto à reserva. No entanto, todos os mansos eram dependentes de um senhor que deles esperava, anualmente, uma renda fixa ou censo, o símbolo do aluguel da fração de terra cultivada. O camponês ainda pagava pela coleta florestal, pela pastagem do seu gado e pelo corte da lenha. Mas essas requisições eram secundárias e de reduzido valor, insuficientes, nesse momento, para transformar o proprietário me-

dieval num rentista, tal como viria a ocorrer por volta do século XI.

O sistema de tenência era muito complexo e isso transparecia na grande disparidade existente entre os próprios mansos livres de um mesmo domínio. Embora o manso fosse tido como a unidade de tenência suficiente para prover a subsistência da família nele estabelecida, ao longo do período carolíngio esta correspondência deixou de existir, não mais coincidindo o número de famílias e o de tenências. Em algumas regiões encontravam-se 193 famílias em 114 mansos; em outras, a proporção atingia 1,84. O que significou isto?

Não existe um consenso em torno da explicação desse fato. Para uns, a unificação da Europa pelos carolíngios foi responsável pela estabilização das conquistas, gerando um clima de relativa segurança, propício ao crescimento demográfico. Esta seria a razão da desproporção entre tenências e famílias, ocasionando o fenômeno do superpovoamento do manso, que chegou a ser fracionado em unidades menores atribuídas a cada casal de cultivadores. Para outros, ao contrário, a rigidez da organização extensiva do domínio inviabilizava qualquer surto demográfico, ao propiciar um estado crônico de fome e desnutrição. O chamado "superpovoamento" seria, na verdade, o resultado da grande mobilidade da terra camponesa, decorrente das partilhas, compras e trocas de lotes, gerando, por sua vez, uma outra transformação importante no período: o rompimento da equivalência entre a situação jurídica do trabalhador

e a da terra que ele ocupava.

Se até o século VIII era o camponês que emprestava sua qualidade de livre à tenência que cultivava, o mesmo acontecendo com o escravo estabelecido, daí por diante a situação se complicou. Passaram a existir mansos livres ocupados por escravos, e tenências servis ocupadas por trabalhadores livres, confundindo-se os encargos de cada um. Ocorria uma grave inversão na qual a terra definia o estatuto dos homens e não mais o contrário. As repercussões disto foram fundamentais. Os senhores, impondo obrigações semelhantes para todas as tenências de uma mesma categoria sem prestar atenção a sua dimensão ou capacidade produtiva e sem levar em conta a situação jurídica de seu ocupante, provocaram o nivelamento da população rural, fosse ela de origem livre ou não. Por meio desse mecanismo obtinha-se maior número de jornadas de trabalho (corvéias) para o trato da reserva, que era a fonte principal dos bens necessários à manutenção do senhor e sua casa, seus companheiros, seu prestígio, enfim. Como se vê, eram as necessidades de consumo que ditavam os parâmetros da exploração econômica.

Diante desse quadro, a expansão permanente do domínio sobre o espaço rural tornava-se precondição indispensável à ampliação ou diversificação dos padrões de consumo da classe proprietária. O domínio avançava engolindo as pequenas propriedades livres ainda existentes a seu redor.

Outro traço característico da economia da época foi o desperdício, já que a dinâmica de funcionamen-

to do organismo senhorial pressupunha grandes áreas de terra e mão-de-obra para a obtenção de medíocres excedentes de produção. Estes, no entanto, como eram apropriados por uma reduzida aristocracia dominante, permitiam-lhe um nível de vida relativamente elevado, que se media pela maior ou menor auto-suficiência da propriedade rural, transformada num símbolo de prestígio, honra e poder.

Arroladas as características gerais de funcionamento do domínio "clássico", retomemos nossa questão inicial: teria sido esse domínio, que descrevemos, tão clássico assim? Nascido entre os rios Loire e Reno, o domínio encontrou nos quadros do Império Carolíngio as condições favoráveis a sua expansão numérica e geográfica, em particular ao ser difundido nas províncias menos dinâmicas do Ocidente. Ao longo desse processo, no entanto, o regime dominial foi adquirindo colorações locais próprias, não chegando sequer a enraizar-se ou até mesmo a existir em certas áreas da Europa, como a Escandinávia ou a região do Mar do Norte.

Nas províncias germânicas, por exemplo, a estrutura do domínio parece ter sido bem menos rígida. Nesses locais, a predominância dos mansos servis, distribuídos ao redor da corte, implicou a falência dos serviços devidos pelos camponeses livres à reserva, uma vez que esta dispunha de mão-de-obra própria em número suficiente. Além disso, os mansos livres eram tão dispersos e distantes que seus ocupantes pagavam apenas o censo fixo anual, sem corvéias. Na Lombardia, também uma área de concentração

de escravos, a reserva era basicamente trabalhada por estes últimos, apesar de serem empregados alguns camponeses vizinhos, em sua maioria, proprietários de alódios e que entregavam ao senhor somente parte da colheita. Igual relação entre a reserva (explorada por não-livres) e mansos (que só propiciavam rendas e não prestações em trabalho) observava-se também na Flandres, Gália do oeste e do centro.

Por esses exemplos, percebe-se que a disjunção entre a reserva e os mansos era um caso muito freqüente na Europa, o que leva os medievalistas a questionar se o domínio clássico, ao invés de regra não foi, de fato, a exceção. Hoje não parece haver mais dúvida de que o domínio não cobriu toda a área rural do Ocidente, pois em certas regiões como a Picardia, por exemplo, revelam-se indícios da existência abundante de médias propriedades leigas. As próprias capitulares (ordens e prescrições reais) ao preverem obrigações militares (dever de todo cidadão livre) diferenciadas para os detentores de um a três mansos, nos permitem concluir pela sobrevivência da pequena exploração camponesa autônoma. Além disso, em inúmeros polípticos (ou inventários eclesiásticos) aparecem referências a possessões familiares livres, recém-incorporadas ao patrimônio da Igreja.

As cidades e o comércio

Uma vez que os soberanos eram tidos como o instrumento divino para a manutenção da ordem e

da justiça (como veremos adiante), preocuparam-se eles em vigiar, controlar e legislar sobre todo tipo de matéria, em particular sobre uma atividade tida pela Igreja como suspeita ou duvidosa: o comércio. Sobre ele pesava a enraizada moral cristã condenadora da usura (comércio do dinheiro), que só considerava legítimo o negócio cuja finalidade fosse servir ao abastecimento da família ou à partilha com vizinhos.

Foi esta rígida "moral econômica" que embasou o cuidado da realeza na regulamentação do comércio, fixando desde os lugares onde podiam realizar-se as trocas, até o estabelecimento do padrão único da moeda de prata.

Para fazermos uma síntese a respeito do comércio da cidade no período carolíngio é preciso afastar, de imediato, alguns equívocos. O primeiro é aquele que, considerando o domínio como um compartimento fechado e autárquico, minimiza a importância do comércio na economia medieval. Verdadeira até certo ponto, esta avaliação não leva em conta, por exemplo, que a alta especialização da vila na produção de um pequeno número de gêneros criava uma série de centros produtores que precisavam complementar suas necessidades, tornando indispensável a existência de uma rede regular de transportes e de pessoas especializadas nessa função. O segundo equívoco decorre de posições que tendem a identificar o grande comércio ao Mediterrâneo, transformando o seu "fechamento" — tal como ocorreu após a invasão muçulmana da Península Ibérica — na causa do

"confinamento" do Ocidente numa economia territorial, fechada e de autoconsumo. Na verdade, ambas as posições desembocam num mesmo ponto: na subestima do papel do comércio na economia da Alta Idade Média ocidental, ou então numa definição muito rígida do que ele possa ter sido.

Num mundo onde o domínio era o ponto de partida de todas as funções econômicas, será que todo o excedente produzido, apesar de medíocre, se destinaria tão-somente ao consumo dos nobres, sua domesticidade e seus comensais? Não seria a prática da esmola, por exemplo, uma forma especial de "circulação" desse excedente? Não poderia ser a venda de parte deste último um meio adequado para obter o dinheiro necessário à satisfação de outras necessidades? Por sua própria especialização, parece-nos evidente que a economia dominial desembocava numa economia de trocas. O importante, no caso, é situar seu papel, extensão e importância no seio de uma sociedade tipicamente rural como essa.

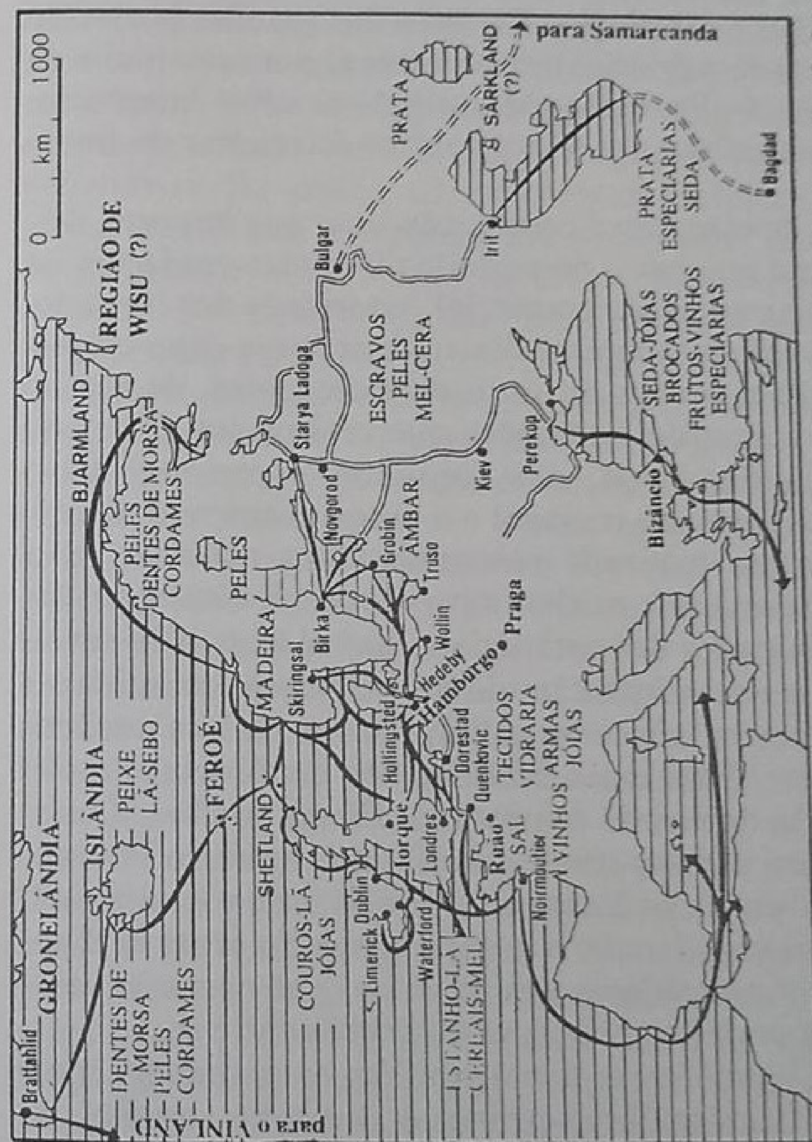
O que o exame mais acurado das fontes carolíngias permite concluir é que em certas regiões do império as atividades mercantis não apenas se mantiveram como também se renoravam. Evidentemente, não se pode negar a decadência do papel econômico da cidade desde a crise do século III, sendo errôneo atribuir-lhe qualquer função artesanal ou comercial relevante em meio ao processo de ruralização paulatina da economia e da sociedade. Se as antigas cidades sobreviveram, foi graças ao fato de serem sedes de bispados ou centros de atividade política e militar.

Mesmo assim essas cidades passavam por uma certa "renovação", já que a própria necessidade de defesa e de satisfação do consumo de bispos e funcionários atuou como foco de atração dos homens que criavam, fora dos muros urbanos, bairros de mercadores e artesãos.

Muito mais expressivo do que a renovação das cidades velhas, foi o aparecimento de uma série de aglomerados novos, com uma população parcialmente destacada do meio rural e voltada, explicitamente, para as atividades de troca. Esses aglomerados constituíam os chamados *portus*, que se multiplicaram no eixo norte-oeste do mundo carolíngio. Localizados junto aos rios mais importantes, os *portus* nada mais eram do que um simples cais de desembarque e uma rua de entrepostos para a armazenagem de produtos. No entanto, fica clara sua função de mercado, cujo papel econômico pode ser avaliado pela extensão do direito de cobrança de taxas sobre eles.

Fenômeno geral no norte da Gália (França), esses *portus* podem ser divididos em quatro grupos: o grupo renano; o grupo do rio Mosa; o do Escalda e o grupo do litoral do canal da Mancha e Mar do Norte (*vide* mapa 1). A geografia dessas novas fundações demonstrava que o centro de gravidade econômica do Ocidente se deslocava do sul, num movimento correspondente ao processo mais amplo de ruralização da economia e de surgimento de um novo eixo político.

Essa mudança não alterou, no entanto, o papel dos tradicionais centros urbano-comerciais da Itália



As vias do comércio viking. (In, *Fourquim*, G., História Econômica do Ocidente Medieval; *Lisboa, Setenta, 1981, p. 123.*)

e da Gália do sudeste, que continuaram a ser o trampolim para a penetração dos produtos orientais no Ocidente carolíngio. Partindo dos grandes portos do litoral do Adriático (como Veneza, por exemplo) e da região da Provença (Marselha), as rotas internacionais interligavam-se aos centros do interior do império.

Apesar dessa continuidade, o que importa destacar é que havia no período diferentes gradações da própria atividade comercial, setorizada nos níveis local, regional e internacional. A cada um deles correspondiam grupos distintos de mercadores, de acordo com o tipo de transações que realizavam. Torna-se necessário, assim, não confundir o comércio local com o comércio regional e o grande comércio. O primeiro era realizado por verdadeiros mascates, não profissionais, e se destinava à complementação das necessidades dos camponeses das aldeias. Ele envolvia apenas o intercâmbio de pequenas quantidades de gêneros, tais como galinhas, ovos, peixes, cerâmicas, etc. Esse era o âmbito, por excelência, da circulação da moeda de prata carolíngia (o dinar), criada para dar suporte a esse tímido comércio interno, em substituição à antiga moeda de ouro romana. Já o comércio regional e o grande comércio eram realizados por mercadores profissionais, que operavam trocas de porte, embora com distinções entre si.

O comércio regional também compreendia transações com matérias-primas e alimentos, porém numa escala muito maior do que o local. Aqui se especulava com as conjunturas de penúria e fome decor-

rentes do funcionamento esclerosado da economia dominial, e também com a escassez de alguns gêneros, em determinadas regiões. Operando com os excedentes ocasionalmente produzidos no domínio, seus agentes manipulavam estoques acumulados, chegando a fazer fortuna em períodos de colheitas deficitárias. De caráter complementar, o circuito regional constituía, sobretudo, um importante mercado de grãos e vinhos para as áreas deles carentes. Além da produção originada da agricultura, caça e pesca, comercialização, também, alguns metais (ferro e chumbo) e sal. Como este tipo de gênero não justificava um comércio a distâncias muito longas — o que poderia onerar os preços de venda, dada a precariedade dos transportes —, ele se compartimentou numa série de regiões, no interior das quais cada distrito aprovisionaria outro ou outros de forma regular. O comércio regional, apesar de envolver mercadorias pouco valiosas, era importante na medida em que fazia circular a moeda de prata por maior número de mãos, interessando a toda a sociedade carolíngia.

Quanto ao grande comércio, é preciso situá-lo fora do âmbito das matérias-primas de "vil preço". Pelos riscos, pelas dificuldades e pela morosidade dos transportes, qualquer percurso a longa distância só se justificava pela qualidade das mercadorias que envolvia. Logo, somente bens suntuários e de elevado preço garantiam a existência dos únicos verdadeiros negociantes profissionais do período, encarregados do abastecimento de uma clientela restrita, porém com maior poder aquisitivo e que deles dependia para

a cristalização de seus hábitos, ritos e símbolos de poder e prestígio. Era o grande comércio internacional que proporcionava à realeza e à alta aristocracia leiga e eclesiástica alguns instrumentos da legitimação de seu *status*. As especiarias, perfumes e tecidos de luxo do mundo oriental tornavam-se parte integrante da sociedade vassálica.

Mas qual era a origem e composição do grupo de negociantes profissionais? Antes de mais nada, é importante buscá-las no próprio seio da economia dominial. Esses mercadores faziam parte do córpo de servidores da nobreza e, como tal, não podem ser vistos como algo "exterior" ou "marginal" ao domínio. Sua função era realizar as listas de aquisições das vilas e abadias, colocando-se, pois, na qualidade de servidores regulares. Algumas fontes de época confirmam essa colocação. O famoso "Preceito dos Mercadores" do imperador Luís, o Pio (828), por exemplo, era uma lista de privilégios fiscais e judiciários que poderiam ser concedidos a seus "fiéis", em troca do abastecimento periódico do palácio.

Em segundo lugar, é importante frisar que a característica marcante, que distinguia o mercador carolíngio de seus predecessores, era o fato de ser ele, via de regra, um ocidental, o que corrobora a tese da relativa dinamização das trocas no período. Até então eram elementos orientais que desempenhavam tal tarefa, evidenciando o desinteresse do Ocidente, ao longo dos séculos VI e VII, pelas atividades mercantis.

Os carolíngios também foram responsáveis por

uma reforma monetária que instituiu o monometalismo da prata, e isso com dois objetivos. Por um lado, dotar a economia ocidental de um instrumento de troca mais condizente com suas características e com as peculiaridades de um comércio interno que satisfizesse necessidades bem modestas. Por outro, racionalizar as depauperadas reservas ocidentais de ouro, limitando sua circulação às regiões fronteiriças do império para o pagamento das trocas internacionais. A reforma monetária carolíngia revelou grande capacidade de adaptação à nova estrutura econômica, além de valorizar as novas rotas comerciais do eixo norte que também eram atendidas pela prata.

Sociedade

Recém-instalados no território do antigo Império Romano do Ocidente, os bárbaros foram responsáveis pela criação dos inúmeros reinos que surgiram em seu lugar. Todos eles, no entanto, apesar de suas diversidades, tinham por fundamento a noção da fidelidade pessoal entre os homens ou, para sermos mais exatos, entre o chefe do bando armado (o rei) e o seu séquito de guerreiros. Essencialmente militar e espontânea, a solidariedade germânica era incompatível com a idéia de Estado ou de bem público. Ela servia de base para uma concepção de reino que se confundia com a propriedade particular do soberano e dele o monarca dispunha como bem lhe aprouvesse. A solidariedade era garantida pela prestação de um

juramento de fidelidade (ou recomendação), através do qual os súditos se incorporavam à clientela em torno do rei. Criava-se um vínculo que implicava deveres e direitos de ambas as partes. Aos fiéis (ou vassalos) cabia a obrigação do serviço das armas. Ao soberano, o dever de proteger e auxiliar sua fiel clientela, propiciando-lhe, sobretudo, os meios de seu sustento. Com essa finalidade desenvolveu-se a prática da concessão do benefício, isto é, de qualquer bem, mas quase sempre a terra, doado em recompensa pelos serviços prestados. Assim, o poder militar do rei saía fortalecido. O reino franco foi onde esse processo se desenvolveu de forma mais típica e conhecida.

Mas a manutenção da fidelidade da clientela continha em si uma contradição: quanto mais vassalos pretendesse ter o soberano, maior deveria ser o seu patrimônio, em face do oneroso sustento de seus seguidores, daí a necessidade da realização permanente de novas conquistas. Gerava-se um círculo vicioso que teve principalmente duas conseqüências: a mudança da essência do juramento, deslocada da lealdade ao chefe para o interesse na terra a ser obtida; e a fragmentação inevitável do reino e do poder. Como ao doar um benefício o rei cedesse, simultaneamente com as terras, seus direitos sobre a população local, abria-se a possibilidade de o beneficiado substituí-lo no exercício das funções que lhe eram próprias. O poder público desgastava-se lentamente.

Foi esse o motor original da construção das bases territoriais do Império de Carlos Magno. A expansão sobre a Europa, em fins do século VIII, visou, antes de mais nada, a equipar com terras essa nova dinastia que disputava a supremacia política do reino franco dividido. Para impor seu predomínio, era preciso ampliar sua clientela.

Leigos e clérigos na sociedade vassálica

O período carolíngio foi aquele em que se acelerou o processo de hierarquização da sociedade ocidental em todos os seus níveis. Por um lado, as próprias transformações econômicas ratificavam a sujeição dos trabalhadores rurais, nivelando as obrigações e as condições de vida das camadas sociais inferiores. Por outro, a extensão das vassalagens consolidou a hierarquia social também nos seus níveis mais elevados. A vassalagem, que até então se constituía num ato pessoal e espontâneo, foi deliberadamente fomentada pelos soberanos carolíngios, desejosos de incorporarem ao Estado o compromisso tradicionalmente privado. Mas por que havia essa preocupação?

A unificação da Europa fez surgir um problema de difícil solução, que era o de como manter a centralização monárquica, diante da ausência de recursos humanos e materiais suficientes para a tarefa. As longas distâncias, os transportes morosos e as técnicas rudimentares transformavam-se num obstáculo à imposição do poder único. Para tentar controlar os homens dispersos sobre um espaço geográfico tão dilatado, os monarcas fixaram sua atenção sobre o

grupo que julgaram poder utilizar como agentes de sua autoridade: os grandes proprietários. A partir deles seria organizada a hierarquia. Quanto aos demais componentes da população do império, em especial a massa de humildes dependentes, a realeza se satisfazia em governá-los pela intermediação dos grandes, ainda que o seu preço fosse o distanciamento entre o soberano e o povo. Foi com esse tipo de objetivo, visando a garantir ordem e unidade, que os carolíngios patrocinaram as políticas do juramento e da vassalização.

Fruto da antiga fidelidade germânica que unia o rei aos seus súditos, a vassalagem foi redefinida como instrumento da centralização imperial. Para tanto, a rede vassálica foi ampliada e desdobrada em duas instâncias: na primeira, situavam-se os vassalos reais, os maiores proprietários, que deviam obediência e serviço ao soberano; e na segunda, foram enquadrados os homens livres, donos de propriedades menores e que, incentivados a recomendarem-se aos grandes, tornavam-se vassalos do rei. Dessa forma, por intermédio de uma cadeia de juramentos que, de escalão em escalão, chegava até o monarca, julgava-se conseguir o controle do edifício social. Ao mesmo tempo, já que o principal serviço devido pelos vassalos era o das armas, a monarquia conseguia reforçar o contingente militar a seu dispor, uma vez que os vassalos, apesar de integrados ao exército de seu senhor imediato, o faziam em nome do rei.

A hierarquização militar da sociedade, porém, se por um lado era um fator de força da autoridade

pública, por outro, correspondia a sua própria negação. Já se passara o tempo em que o vínculo de união entre o monarca e os vassalos repousava, estritamente, sobre a lealdade pessoal. A terra se tornara o verdadeiro fundamento da relação e a política carolíngia de vassalização maciça da sociedade nada mais fez senão acelerar esse processo de inversão da essência do contrato vassálico. Ao longo dos séculos VIII e IX, consolidou-se a associação automática entre benefício e vassalagem, o que, para a maioria dos historiadores, é considerado o próprio início da época feudal. As expressões "nenhuma vassalagem sem benefício" ou "nenhum serviço sem terras" ilustram bem o alcance das transformações ocorridas. Exatamente por essas razões é que se revela como era contraditória a política centralizadora dos carolíngios, ao buscar concretizar o império através da rede vassálica. Vejamos por quê.

Em primeiro lugar, a política das vassalagens, embora criasse um núcleo de servidores fiéis, já adquirira uma dimensão patrimonial que, dificilmente, podia garantir a integridade do império e do poder. Ela implicava, a médio prazo, a fragmentação política e o esgotamento das reservas dos soberanos, já que, como vimos, a doação do benefício se fazia acompanhar, na prática, de importantes atribuições do poder real. Dentre essas, destacava-se o exercício da justiça, por exemplo, e todos os rendimentos daí decorrentes. Em conseqüência, os senhores leigos e eclesiásticos se apropriavam, em proveito próprio, das multas e taxas que cobravam em nome do poder

público, afirmando seu papel de intermediários necessários entre os homens e o rei, bem como reforçando a sujeição da população camponesa à terra, a seu poder e a sua ambição.

Em segundo lugar, a vassalização progressiva da sociedade promovida pelos carolíngios incidiu sobre a mudança do caráter transitório das doações de terra. Decorrente de um juramento pessoal, e por isso mesmo intransferível, o benefício só poderia ser vitalício, funcionando, enquanto tal, como uma espécie de garantia à preservação do patrimônio do rei, que além disso conservava a propriedade iminente sobre as terras doadas. No entanto, através de uma série de expedientes, os benefícios tenderam a tornar-se hereditários, ao longo do século IX. Por um lado, porque, no caso de morte do senhor, o vassalo renovava sua fidelidade ao sucessor daquele; por outro, porque o juramento era retomado pelos descendentes de um vassalo morto e, com ele, a terra. A generalização das vassalagens permitiu também a generalização dessas práticas. Assim, pouco faltava para que a classe proprietária medieval se consolidasse definitivamente: apenas a transformação sistemática do benefício de vitalício para hereditário (feudo). Como vemos, a política vassálica implicou um ambíguo processo de reforço-desgaste do poder público.

Tal ambigüidade foi ratificada quando os soberanos carolíngios introduziram nova prática, a da vassalização das honras (isto é, cargos públicos). Pensando obter maior eficácia e controle sobre os poderes que delegava, a realeza passou a exigir dos altos

funcionários — como os condes, por exemplo — a prestação da vassalagem. Como esses agentes já recebiam dotações em pagamento por sua função, a nova iniciativa provocou uma grave alteração: a fusão da honra com o benefício. Mas qual era a gravidade disso? Por um lado, a honra, que podia até então ser revogada a qualquer momento, deixou de sê-lo, tendendo também a tornar-se hereditária; por outro, operou-se enorme concentração de poderes e atribuições nas mãos da aristocracia fundiária, em seu duplo papel de senhores e de agentes do poder público. Com isso, a monarquia, ao esforçar-se para estimular a centralização política, acabou por ampliar as tendências dissociativas de há muito latentes na sociedade.

Mesmo quando a realeza carolíngia procurou limitar o movimento centrífugo das forças sociais, seu esforço revelou-se infrutífero. O exemplo mais expressivo disso foi a tentativa de regulamentar a imunidade. Originária do Império Romano, a imunidade correspondia à isenção fiscal que beneficiava as terras dos imperadores, as quais acabaram, em sua maior parte, usurpadas pelos invasores bárbaros. Durante o período de consolidação de seus reinos, os novos soberanos germânicos — e os francos em particular — estenderam o privilégio da imunidade a todas as terras que foram confiscadas a proprietários galo-romanos. Ao redistribuí-las como benefícios aos seus seguidores, a realeza franca conservou os senhores imunistas como responsáveis pela arrecadação de impostos em nome do rei, mas continuou isen-

tando-os do fisco real, o que aumentava sobremodo o poder econômico daqueles. Nessa primeira fase, tanto leigos como eclesiásticos beneficiaram-se de doações desse tipo.

A partir dos carolíngios, porém, a imunidade sofreu ampla reformulação. Inspirado pelos mesmos princípios que presidiram a organização do império — a centralização do poder monárquico e a subordinação dos poderosos senhores leigos ao rei —, Carlos Magno procurou subtrair atribuições desses últimos, conferindo-as a servidores mais fiéis e idôneos. Dentro do espírito de extrema religiosidade do período, nascido da aliança estabelecida entre o Estado e a Igreja, com a coroação imperial de 800, não seriam, porventura, os eclesiásticos (bispos e abades) os mais dignos da confiança real? Com base nessa premissa, foram limitados os benefícios da imunidade, passando a contemplar-se com a prerrogativa somente os bens da Igreja. Ao mesmo tempo, ampliou-se a natureza do privilégio concedido. Ele não mais seria uma isenção puramente administrativo-fiscal, mas também de natureza jurídica. Em conseqüência, cresceram os poderes do imunista, na mesma proporção em que se atrofiaram os do rei.

O poder real identificava-se ao tradicional direito de bando dos chefes germânicos. Este se compunha do direito de convocar, julgar e punir os companheiros-súditos e deles cobrar multas e taxas que se constituíam na fonte da "receita pública". Embora o julgamento das causas maiores (as que geravam multas mais elevadas) continuasse ligado ao rei, a extensão do exercício da justiça aos imunistas golpearia fatalmente o bando real.

Graças à forma privilegiada com que se integravam à sociedade vassálica, entretanto, os clérigos (imunistas) não se revelaram os servidores ideais que se tinham imaginado. Passaram a acumular em suas mãos, com exclusividade, as atribuições jurídicas, ao lado das fiscais e espirituais que já detinham. Porém, como fosse considerado incompatível com a condição de dignitários da Igreja julgar indivíduos que não fizessem parte do clero, gerou-se um impasse, que foi resolvido pelos senhores eclesiásticos através da criação de um corpo de funcionários em miniatura, encarregado de administrar suas propriedades. Nascia aí a figura leiga do advogado, que se interpunha entre a população local e o imunista. Como pagamento por seus serviços, os advogados — quase sempre membros da aristocracia vizinha — reservavam para si uma parte dos rendimentos arrecadados, ou então eram contemplados com a doação de um benefício destacado das terras da Igreja. Ao longo do tempo os advogados tornaram-se os "protetores" necessários dos imunistas, o que correspondeu a uma reação dos senhores leigos à redução de seu poder realizada pela monarquia. O apetite de ganho levou-os a praticar uma série de abusos contra os camponeses das propriedades imunes, que se viam, de fato, subordinados a mais de um senhor.

Como se vê, a reformulação da política das imunidades, além de não ter conseguido cumprir seu objetivo de frear o poder dos senhores leigos, tornou-se,

na prática, um instrumento da apropriação do direito do bando por um número cada vez maior de membros da aristocracia. Por isso costuma-se afirmar que a imunidade foi a "mãe das justiças privadas", que deram origem ao senhorio, a "pedra de toque" do feudalismo ocidental.

O período carolíngio foi aquele em que o regime senhorial desenvolveu seus traços mais essenciais, e não foi preciso esperar, como querem alguns, a derrocada final do poder público a partir do século X para identificar os seus contornos na Europa medieval. Como vimos, o proprietário carolíngio, embora ainda sofresse a concorrência real, já exercia de fato o poder de coagir e julgar seus dependentes, o que contribuiu para o aviltamento das condições de vida do camponês. O senhorio, definido como o poder que emanava do exercício privado da justiça, tendeu, então, a sobrepor-se ao regime dominial no qual o poder derivava, unicamente, do fato de ser proprietário.

O mundo do trabalho

As transformações ocorridas no período carolíngio no tocante ao mundo do trabalho podem ser reduzidas à "fórmula" heterogeneidade jurídica com homogeneização social. Uma vez que era impossível à realeza controlar diretamente o campesinato (exceto os detentores de tenências nos próprios domínios reais), ela procurou fazê-lo, como o vimos, de forma

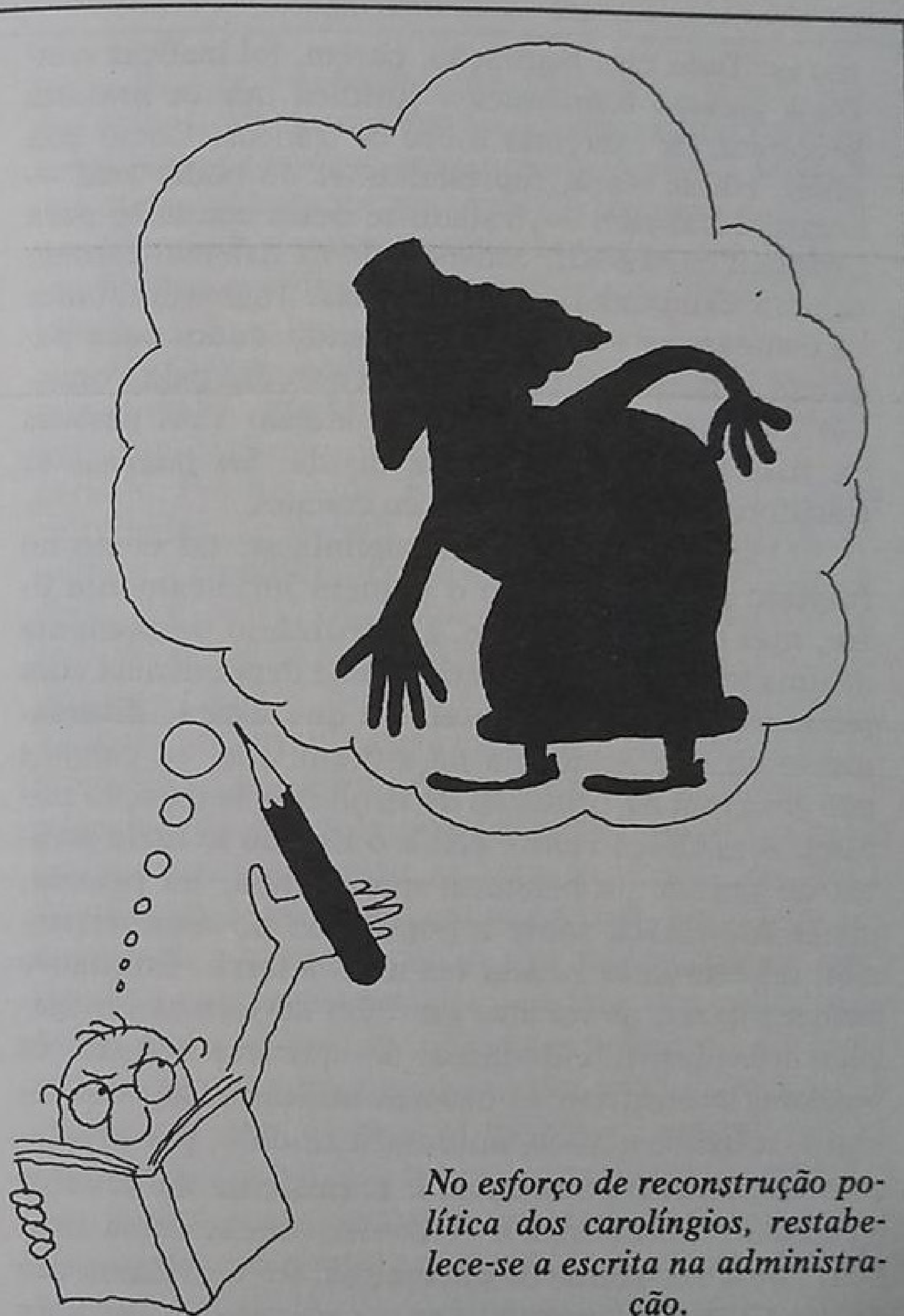
indireta, através dos grandes. Daí resultaram como conseqüência o isolamento da monarquia com relação ao mundo rural, e também o reforço do poder dos senhores sobre a população produtora deles dependente. Foi graças a isso que os trabalhadores, livres ou escravos, tiveram sua condição social nivelada. Sem dúvida alguma, foi durante os séculos VIII e IX que ocorreram tanto a servilização maciça do camponês livre, quanto a superação progressiva da escravidão, cujo resultado foi a consolidação de uma categoria social uniforme — a do servo medieval. Como se deu esse processo?

À primeira vista, a nivelação das condições de vida dos trabalhadores rurais parece ter se originado da confusão entre os estatutos do homem livre e do escravo. Só que não foi tão simples assim. Juridicamente falando, a diferença entre eles era muito clara, sendo o escravo estigmatizado por uma espécie de "marca" congênita, transmitida pela linha materna, de geração em geração, simbolizada no imposto do *capitagium* que deveria pagar. A confusão se deu entre os estatutos da terra, que se tornara o fundamento de toda a sociedade. A exploração do produtor direto não mais se media por sua situação legal, mas pela do manso que cultivava, o que resultou na cobrança de encargos semelhantes para todas as tenências de uma mesma espécie (livres ou servis), independentemente do camponês que a ocupasse. Como já tivemos oportunidade de analisar, a própria mobilidade da terra camponesa se encarregou de acentuar a confusão, fazendo com que a distinção entre o colono

(camponês livre) e o servo (escravo) acabasse por se anular no regime dominial carolíngio. Vejamos como isso se deu na prática.

Em princípio, é importante distinguir que o reforço da dependência camponesa repercutiu de forma diferente sobre duas categorias de homens livres que existiam até então: os *pagensi* e os colonos. Os *pagensi* (francos) ou pequenos proprietários eram os únicos cultivadores com total liberdade jurídica e econômica em pleno gozo da propriedade de sua terra e instrumentos de trabalho. Eram eles os típicos cidadãos livres, com todos os direitos e deveres que daí decorriam. Como francos, eles podiam ser ouvidos e julgados nos tribunais públicos. Ao mesmo tempo, deviam à realeza as obrigações elementares de todo cidadão: a participação no tribunal público de sua região (a cargo dos condes) e a prestação do serviço militar. Mas em função da disparidade existente entre sua condição econômica e sua condição jurídica, que lhes gerava encargos tão pesados, os *pagensi* achavam-se em vias de extinção.

Para evitar o desaparecimento da categoria dos francos, os carolíngios preocuparam-se em diminuir, de várias maneiras, seu tempo de afastamento de suas pequenas propriedades. Foram limitadas as obrigações militares dos cidadãos, que só prestariam o serviço no caso de serem detentores de, pelo menos, três ou quatro tenências; e também foi igualmente reduzida a obrigatoriedade de seu comparecimento a todas as sessões dos tribunais públicos, de modo a desviá-los, o menos possível, do cuidado com suas



No esforço de reconstrução política dos carolíngios, restabelece-se a escrita na administração.

terras. Toda essa legislação, porém, foi ineficaz contra a pressão econômica e jurídica que os grandes proprietários exerciam sobre os francos. Como eles eram, via de regra, representantes do poder real — condes ou abades —, valiam-se dessa condição para extinguir os *pagensi*, convocando-os sistematicamente para campanhas e assembléias. Impossibilitados de comparecer e cada vez mais endividados para pagarem as multas que lhes eram cobradas pela "omissão", os francos acabavam por alienar suas pessoas ou suas terras, penhores da dívida. Os *pagensi* se transformavam em escravos ou colonos.

O colono, por sua vez, definia-se, tal como no Império Romano, como o homem juridicamente livre, mas não proprietário. Usufrutuário permanente de uma tenência num domínio, sua dependência com relação ao senhor era total. Só que agora, diversamente do que acontecia na antiguidade, os colonos não gozavam da proteção de nenhuma legislação pública. A mediação entre eles e o Estado se fazia através do grande proprietário que exercia, na prática, plena autoridade sobre a população de seus territórios, adscrevendo-a cada vez mais à terra. Enquanto homens livres, os colonos também deviam as obrigações oriundas da cidadania. Só que era comum os senhores subtraírem os deveres militares de seus colonos, substituindo-os, automaticamente, por prestações em trabalho (corvéias) e requisições de gêneros (chamadas *hostilicium*). A conseqüência dessa prática, numa sociedade de guerreiros, foi o aviltamento da condição dos homens livres, que se tornavam uma presa fácil de coação dos que detinham o monopólio das armas. Ao mesmo tempo, ao sobrecarregarem os colonos com corvéias, cobranças de rendas e serviços dos mais variados, os senhores conseguiam diminuir sua liberdade de movimentos, minando, na prática, sua força e seu direito de recorrer aos tribunais públicos.

Quanto ao declínio e à superação da escravidão, que se vinha arrastando desde a crise do mundo antigo, um conjunto de fatores poderia explicá-las no período. Por um lado, a estabilização das conquistas carolíngias, ao definir as fronteiras do Império, diminuiu a possibilidade do abastecimento de mão-de-obra. Por outro, os efeitos da cristianização da Europa refletiam-se na condenação ética da escravização de povos cristãos. Nenhum desses fatores, entretanto, foi mais importante para explicar a superação da escravidão do que a própria organização do domínio. A propriedade dominial encontraria limites concretos em seu funcionamento, se fosse explorada por grande número de escravos, em particular, aquele do alto custo com a manutenção de um contingente de mão-de-obra que permanecia ociosa fora dos períodos de safra. Para agilizar o "cálculo econômico" do domínio, os proprietários optaram por estabelecer seus escravos em lotes da reserva senhorial, mesmo sem tê-los libertado. Mediante esse expediente, livravam-se dos gastos com o sustento e a vigilância da escravaria, ao mesmo tempo em que garantiam as condições para a reprodução da família escrava. Em contrapartida, os escravos assim estabelecidos (*servi casati*)

deviam ao proprietário rendas *in natura* e trabalho gratuito na reserva a qualquer momento, durante o ano todo.

Como se vê, ocorria de fato, ainda que não de direito, um melhoramento na condição social do escravo, muito embora ele continuasse a ser um bem móvel, parte integrante do domínio, que como tal podia ser vendido ou doado com ele. No período carolíngio, a condição do camponês arrendatário obscureceu a do escravo. Na prática, à exceção do imposto simbólico do *capitagium*, todos os encargos característicos da escravidão desapareceram.

O deterioramento da condição social do homem livre e o abrandamento da do escravo levaram à fusão desses grupos numa só categoria de dependentes, cuja heterogeneidade jurídica anulava-se diante dos imperativos de uma vida material uniforme. O próprio termo *colonus* desapareceu dos textos do século IX, substituído pelo uso vulgarizado da palavra *servus*.

O cristianismo medieval ocidental

A construção do Império Carolíngio é indissociável da ação da Igreja. Enquanto as estruturas econômicas e sociais apontavam, como vimos, em direção à descentralização, à fragmentação dos poderes e à subordinação pessoal entre os homens, só a Igreja poderia criar o laço de união entre todas as diferenças, confundindo-as numa mesma civilização. Quer

fosse pela solidez de seu quadro administrativo, quer fosse pela coerência de sua doutrina e de seus objetivos, a Igreja seria o mentor da obra de reunificação do Ocidente empreendida em fins do século VIII. Mas que condições especiais teria a Igreja para vir a desempenhar esse papel?

Em primeiro lugar, a Igreja foi a única instituição que sobreviveu à crise do Império Romano com sua organização administrativa praticamente intacta. Desde 451, o cristianismo era a religião oficial dos imperadores romanos, embora em algumas áreas sua supremacia fosse superficial. Essencialmente urbano quanto às suas origens, ele se expandira conquistando, de início, as cidades. As primeiras perseguições movidas às comunidades cristãs tornaram imperiosa a organização da Igreja, que tomou como modelo a própria administração do império, sua centralização e hierarquia, tornando-se um verdadeiro Estado dentro do Estado romano.

A cidade tornou-se a unidade essencial da administração eclesiástica, sob a liderança do bispo, cuja autoridade incluía o território a seu redor. Esta era a diocese e, com ela, garantiu-se a sobrevivência da cidade antiga, mesmo após as invasões bárbaras. As dioceses, por sua vez, agrupavam-se em províncias, sob a tutela do metropolitano, que tinha por tarefa supervisionar as eleições clericais, e zelar pela disciplina e a doutrina, o que era fundamental para garantir a homogeneidade do governo e da vida da Igreja. No topo da hierarquia situavam-se os patriarcas, encarregados de um conjunto de províncias e sedia-

dos nas cidades mais importantes e cosmopolitas do império. No século IV eles eram em número de cinco, sendo um a Ocidente (Roma) e quatro a Oriente (Alexandria, Jerusalém, Antióquia e Constantinopla), disputando entre si a supremacia na orientação de todos os fiéis. Embora Roma guardasse relativa superioridade sobre os demais, a fundação de uma segunda capital do império — Constantinopla —, ditada pela necessidade de defesa das fronteiras orientais, teria desdobramentos duradouros para a vida da Igreja na Alta Idade Média.

A Igreja cristã se convertera, no século V, numa imensa máquina administrativa, calcada naquela do Estado, mas à medida que este se desintegrava, mais ela absorvia para si suas características, a ponto de, superando-o, preservá-lo no Ocidente.

Em segundo lugar, a situação especial da Igreja em meio à crise do mundo romano pode ser explicada por seu papel econômico e social. À proporção que suas necessidades materiais cresciam e que o Estado não se desincumbia de suas funções assistenciais, a Igreja passou a fazê-lo, sendo dotada de capacidade jurídica para administrar seu próprio patrimônio. Legitimava-se, assim, seu papel social, sem que seu enriquecimento fosse condenado, já que os bens eclesiásticos estavam a serviço de Deus para atender aos pobres e desvalidos, cujo número multiplicava-se no bojo da crise. Ao mesmo tempo, crescia a piedade dos fiéis — ricos e pecadores —, capazes de comprar o seu perdão através de esmolas e doações territoriais.

Por fim, a sobrevivência da Igreja ao império deveu-se também à visão de mundo que veiculava. Propagado num clima de convulsões e insegurança, o cristianismo oferecia a milhares de homens decepcionados e "inquietos" o conforto da promessa de uma vida melhor, ao mesmo tempo em que pregava a libertação e o abandono das preocupações terrenas. Assim esboçavam-se os contornos de uma moral cristã que rompia, até certo ponto, com o mundo construído sobre a escravidão, o que não deixou de contribuir para a própria crise do império. Se a fé era instrumento bastante para enfrentar o juízo final, por que reformar a economia de um mundo que se julgava irremediavelmente perdido? Esta representação cristã do mundo, por sua plasticidade, ajustava-se, sem dúvida alguma, às transformações por que passavam a economia e a sociedade ocidentais entre o Baixo Império e a Alta Idade Média, sendo uma resposta adequada à ruralização da economia e à difusão de novas relações de trabalho. A Igreja, ela mesma grande proprietária, contribuiria para disseminá-las.

Por todas essas razões, a Igreja foi a única instituição do mundo antigo a sobreviver, na sua integridade, ao fim do Império Romano do Ocidente. A parte oriental do império ou Bizâncio, por não ter sucumbido às invasões germânicas, preservou o direito ao governo nominal sobre o conjunto e Constantinopla transformou-se no novo "centro do mundo".

Substituída a antiga unidade ocidental pelo pluralismo de povos, culturas, leis e reinos, o grande problema para a Igreja romana passou a ser a garan-

tia de sua sobrevivência e a manutenção do cristianismo em meio aos bárbaros. Estes formavam uma minoria de conquistadores, via de regra pagãos ou então cristianizados sob uma modalidade não oficial da religião — o arianismo, que lhes fora transmitido por monges dissidentes da interpretação ortodoxa da fé. A conversão dos invasores era a árdua tarefa da Igreja para impor-se no Ocidente.

O lapso do poder imperial na Itália trouxe para o metropolitano de Roma — ou papa — dois outros tipos de problemas. Por um lado, a pressão dos novos reinos instalados na península italiana ao longo dos séculos V e VI; por outro, a pretensão dos imperadores bizantinos de reconstituírem a unidade do mundo romano, não hesitando, para isso, em nomearem-se "defensores da fé ortodoxa", com o intuito de salvarem o Ocidente do paganismo e da heresia. Constantinopla era considerada o centro supremo das decisões religiosas, diante do qual a própria Roma deveria curvar-se.

Os rumos do cristianismo medieval ocidental e sua Igreja dependiam da definição de uma base temporal de apoio entre os germanos, o que foi conseguido através de uma aliança com o reino franco. Se o maior evento da história da Gália (França) foi a unificação de todas as tribos francas por Clóvis no século V, o maior evento para a história cristã foi a conversão desse soberano à ortodoxia romana pelo batismo.

Dessa aliança resultaram ganhos para ambas as partes. Para a nova realeza, sua conversão significou

o sucesso inicial da obra de unificação política que empreendera, transformada pela Igreja numa "cruzada" contra o paganismo e a heresia. O batismo de Clóvis também veio a garantir-lhe o apoio social dos proprietários galo-romanos da região, minimizando conflitos e favorecendo a fusão rápida e dinâmica dos elementos que viriam a compor a classe proprietária merovíngia (nome da dinastia fundada por Clóvis). Para a Igreja, a conversão dos francos significou uma série de vantagens: a aproximação das Igrejas da Gália a Roma; o estabelecimento de um núcleo de irradiação da cultura romana e cristã no Ocidente; o reforço do papel do clero, assim como a consolidação de um suporte político para o papado em sua luta contra Bizâncio. Não foi sem razão que a reconquista bizantina do Ocidente no século VI teve como limite a fronteira da Gália merovíngia.

A Igreja ocidental dos séculos VI ao VIII

A reconstrução do prestígio do papado se faria em torno da difusão do cristianismo e esta foi a grande missão do clero ocidental. Até o momento, seria errôneo afirmar que a fé cristã penetrara na massa da população rural que compunha a sociedade do Ocidente, mas a conversão dos francos facilitou a tarefa. A Gália tornou-se uma base estratégica tanto para a irradiação do cristianismo em direção aos povos pagãos, quanto para sua penetração na área rural. No primeiro caso, destacou-se a atuação da Igre-

ja no sentido de converter outras tribos germânicas que pressionavam as fronteiras do reino — saxões, ávaros, frisões, etc. Verdadeiras expedições missionárias partiram da Gália buscando pacificá-las por meio da fé. No segundo caso, sobressaiu, no período, o movimento de multiplicação das paróquias rurais e dos mosteiros. Como a ruralização da economia e da sociedade reforçara a adscrição dos camponeses à terra, cerceando sua liberdade de locomoção, passou a caber aos senhores dos domínios o encargo de garantir, localmente, os meios para o serviço divino, resultando na disseminação de capelas e oratórios particulares. A Igreja, para não perder o controle sobre seu "rebanho", sofisticou sua hierarquia, mediante a criação das paróquias rurais, suas menores unidades administrativas, evitando com isso a consolidação de um clero privado no campo. A cristianização do mundo rural foi também facilitada pela expansão dos mosteiros.

O movimento monástico ganhou força numa época em que os novos reis bárbaros — francos principalmente —, herdeiros de imensas propriedades do Império Romano, distribuíam doações generosas em troca de garantia contra os castigos eternos. Da mística da Igreja, nutriu-se uma aristocracia eclesiástica que adquiriu uma situação especial dentro da classe dominante merovíngia. Por um lado, porque os novos proprietários recebiam terras que gozavam do privilégio da imunidade, isto é, da isenção do fisco e da justiça do rei; por outro, porque os sacerdotes se tornavam os funcionários preferidos pela realeza, já

que detinham o monopólio da cultura escrita, do conhecimento da leitura e das tradições clássicas.

A aproximação entre os francos e o papado possibilitou também o reforço do clero (secular e regular) e da estrutura organizativa da Igreja ocidental.

A Igreja do pós-século V era, antes de mais nada, o episcopado (ou bispado). Como desde a crise do Império Romano ela fora o único baluarte para o qual se voltaram as esperanças da população, o bispo se tornara soberano em sua diocese, dominando seus fiéis pelo seu saber, pela riqueza da sua sede e pela pureza de sua conduta. Era ele quem resolvia todas as questões ligadas à fé, à doutrina, à liturgia, bem como quem amparava os pobres, os doentes e os desvalidos. Para o desempenho de tantas funções, muitas das quais foram absorvidas do próprio Estado, era indispensável a ampliação do quadro de pessoal especializado, letrado e versado nas leis e ensinamentos da Igreja. Esse pessoal, que vivia sob o imediato controle do bispo, formava o clero secular e era considerado um corpo de agentes muito especiais, tanto por sua origem (via de regra oriundos de famílias nobres), como pelas atividades que desenvolviam (a administração da Igreja). Na verdade, o clero secular era concebido como uma verdadeira "milícia" eclesiástica, como o conjunto dos "soldados de Cristo" e, para tanto, deviam ser bem preparados.

A preocupação com a reprodução dos quadros qualificados da Igreja e com a superação do declínio da educação promovido pelas invasões bárbaras fez surgir, na Gália, as escolas episcopais. Nelas, os pró-

prios bispos se encarregavam, pessoalmente, da instrução dos clérigos, ministrando as disciplinas básicas para o exercício de suas funções: latim, canto e cálculos. As despesas com a manutenção da "família" episcopal eram cobertas com os rendimentos provenientes da sé e das ofertas dos fiéis na catedral, receitas essas divididas em quatro porções: a do bispo, a do clero, a das fábricas da Igreja e a dos pobres.

Embora a hierarquia eclesiástica não estivesse plenamente constituída, o papel da diocese e do alto clero foi fundamental para a organização do reino merovíngio, que se utilizou deles como base de sua própria administração, num claro favorecimento, material e espiritual, ao episcopado. Mas se a realeza o beneficiava, ela o fazia em seu proveito próprio, para garantir um relativo grau de coesão do Estado. Assim, os bispos eram tão controlados quanto qualquer funcionário leigo, sendo até mesmo nomeados pelo rei.

A interferência do poder temporal nos assuntos da Igreja, embora limitasse as liberdades eclesiásticas, não provocava a reação do alto clero. Afinal, não fora o rei o vencedor da heresia no Ocidente? Não era ele o intermediário entre os sacerdotes e o papa? Na verdade, não se constituíra, ainda, uma idéia clara da separação entre a Igreja e o Estado. Pelo contrário, amadurecia novo tipo de estrutura política onde ambos se fundiam pela estreita união do poder sacerdotal e do poder real, cujo produto final seria o Império Carolíngio.

Nem só do clero secular vivia a Igreja. A rigor, a

vida efetivamente religiosa se retirara das dioceses para refugiar-se nos mosteiros, multiplicados por um movimento espontâneo de fundações piedosas que gozavam de certa autonomia dentro da hierarquia eclesiástica. A inspiração desse primeiro surto monástico proveio do modelo oriental, que ditava para seus monges uma vida de ascetismo e isolamento, de renúncia ao mundo e à sociedade, baseada em orações e contemplações. Eram esses sacerdotes que formavam o chamado clero regular.

Nos séculos VII e VIII desenvolveu-se um novo tipo de monasticismo, originário da Itália, das experiências de São Bento. Nessa nova concepção, a vida monástica não mais se destinava aos ascetas e sim para os que viam no mosteiro uma escola para o serviço de Deus, próxima dos camponeses pobres da redondeza. O rigor da disciplina dos primeiros mosteiros foi substituído pelas regras de uma convivência comunitária, onde não havia lugar para a privacidade e tudo era partilhado: a oração, as refeições e o trabalho. As casas beneditinas se inspiravam numa visão de mundo dinâmica, participante, adequada à sua vida no campo e cuja máxima — *laborare est orare* (trabalhar é orar) — evidencia como estava adaptada às estruturas sociais da época.

A elevação do trabalho manual à categoria de oração a serviço de Deus explica o êxodo da regra beneditina numa sociedade ruralizada e baseada no reforço da dependência camponesa. Explica também o fato de terem os mosteiros se transformado em refúgios de sabedoria, abrigo e proteção. Não foi por

casualidade que eles vieram a constituir-se nos primeiros núcleos de arroteamento a tornarem cultiváveis os bosques e terrenos baldios que compunham suas dotações, o que incentivava a piedade popular e, evidentemente, novas doações. O patrimônio eclesiástico crescia e esse enriquecimento revelou-se perigoso quando o Estado merovíngio entrou em crise, a partir do século VII.

As partilhas sucessórias entre os herdeiros, bem como a concessão de benefícios tornavam inevitável o colapso e a fragmentação do reino. As disputas internas, pressionando o patrimônio dos reis, levaram a seu esgotamento e a aquisição de novos vassalos passou a depender da usurpação das propriedades eclesiásticas. A Igreja e sua hierarquia periclitavam na Gália, mas não só aí. Ao nível internacional, outros perigos ameaçavam-na: na Itália, o papado era de novo pressionado pelos lombardos do norte e por Bizâncio (que ocupava os territórios de Roma e Ravena); no resto do Ocidente, a difusão do cristianismo via-se prejudicada pela movimentação dos germanos do centro-norte europeu, mal contidos pela anarquia merovíngia. Como poderia o papado se livrar de tais pressões e consolidar sua tutela espiritual sobre o Ocidente?

Havia dois pré-requisitos indispensáveis à Igreja para atingir seus objetivos: sua autonomia com relação a Constantinopla e a reunificação do Ocidente a partir da redefinição de uma base de apoio político. Em meados do século VIII, a aliança Estado (franco)—Igreja seria reeditada, só que em novos termos.



O Império Carolíngio em 814. (In *Lopes, R.*, O Nascimento da Europa. *Lisboa, Cosmos, 1965, p. 91.*)

A defesa do papado partiria de um dos grupos em luta na Gália, representado por Pepino, o Breve — pai de Carlos Magno e fundador da dinastia carolíngia —, que levou a cabo o combate aos lombardos e a criação de um Estado pontifical autônomo. Para esses novos francos que, sem serem merovíngios, tomaram o poder, a aliança com a Igreja representou sua própria legitimação política por meio da sagração do novo soberano como imperador.

O impacto desse fato político completamente novo na história do Ocidente é fundamental para a compreensão das razões do Império Carolíngio. Por um lado, porque a hereditariedade e a eleição deixavam de ser as fontes tradicionais do poder na Europa bárbara: o ato de "fazer o rei" passou a emanar do espiritual. Por outro, porque se construía nova concepção do soberano, bem ao sabor das pretensões universais da Igreja romana: um só poder real que, por ser divino, era quase um sacerdócio, governando os homens em nome da justiça de Deus e junto com o episcopado. Eis a idéia de império que o papado emprestou aos carolíngios.

A expansão franca sobre o Ocidente, realizada por Carlos Magno (*vide* mapa 2), não foi, portanto, um mero crescimento territorial com a finalidade de ampliar o patrimônio do rei. Ela também correspondeu aos anseios imperiais da época, que buscavam construir um só Estado e uma só Igreja em perfeita harmonia. Em íntima coordenação com a Igreja, a monarquia carolíngia reunificou o Ocidente, dando origem à cristandade, termo que até o século XVII

designaria o que hoje chamamos de Europa.

Mas a recriação do império esbarrava, na prática, em alguns limites. Em primeiro lugar, a idéia de um só poder centralizado era estranha à mentalidade da época, já que estava em desacordo com as estruturas de uma economia "fechada" e de uma sociedade baseada nas relações pessoais entre os homens. Como poderia sobrepor-se aos juramentos bilaterais de fidelidade o governo de um só monarca? Em segundo lugar, havia o problema do gigantismo do império que abrigava povos, culturas e regiões muito distintos e que, nem sempre, submeteram-se à conquista carolíngia. Como controlar um conjunto tão diverso? Por fim, havia a questão da ambigüidade na própria concepção do império. Por mais religioso que fosse o pensamento, havia divergências entre os leigos e os eclesiásticos a respeito de a quem caberia a liderança absoluta da cristandade: para uns, ao imperador, para outros, ao papa. Como conter esta "disputa" em termos harmoniosos? Somente um considerável esforço administrativo e ideológico, voltado para o enquadramento religioso da sociedade, podia tentar contornar esses limites.

A obra política de Carlos Magno não se restringiu apenas à reordenação do Estado (analisada mais adiante). Ela também se estendeu à Igreja, resultando numa herança cultural que ultrapassaria a curta duração do império unificado (771-843). Procurando transformar a religião no "cimento" da coesão de seu vasto território, o soberano preocupou-se em restaurar a hierarquia da Igreja, regulamentar os

seus bens e reforçar seu papel cultural. Nesse sentido, o maior mérito dos carolíngios foi integrar, num todo coerente e sistematizado, uma série de instituições que já existiam de forma dispersa.

Para evitar a ameaça de enfraquecimento que a anarquia merovíngia provocara, a estrutura organizativa da Igreja foi fortalecida e complementada. O bispo, que pela longa tradição de seus poderes era o pivô do edifício eclesiástico, foi ainda mais prestigiado. Seu quadro de auxiliares, diversamente do que ocorrera até então, teve suas funções rigorosamente definidas e hierarquizadas, de modo a dotar a diocese de uma capacidade efetiva de coordenação e controle de todas as igrejas e clérigos que a compunham. Buscando a unidade na dispersão, novos cargos foram criados na hierarquia inferior da diocese, dentre eles o de deão. Este, que era o padre da igreja da aldeia, zelaria pela padronização das práticas disciplinares e doutrinais das paróquias rurais, subordinando-as à igreja pública. O duplo caráter, rural e hierárquico, do império, consolidava-se.

Dirigir e controlar os rumos da fé — eis a tarefa dos bispos, para a qual precisavam ser dotados de instrumentos eficazes. Nesse intuito foram criados os sistemas das visitações e dos sínodos. As visitações abrangiam todas as igrejas da diocese, sendo realizadas por representantes diretos do bispo que, munidos de questionários-padrão, inspecionavam até mesmo a vida moral dos padres. Os sínodos eram as reuniões periódicas dos clérigos mais importantes da circunscrição, onde se discutiam e julgavam os resul-

tados das visitas realizadas.

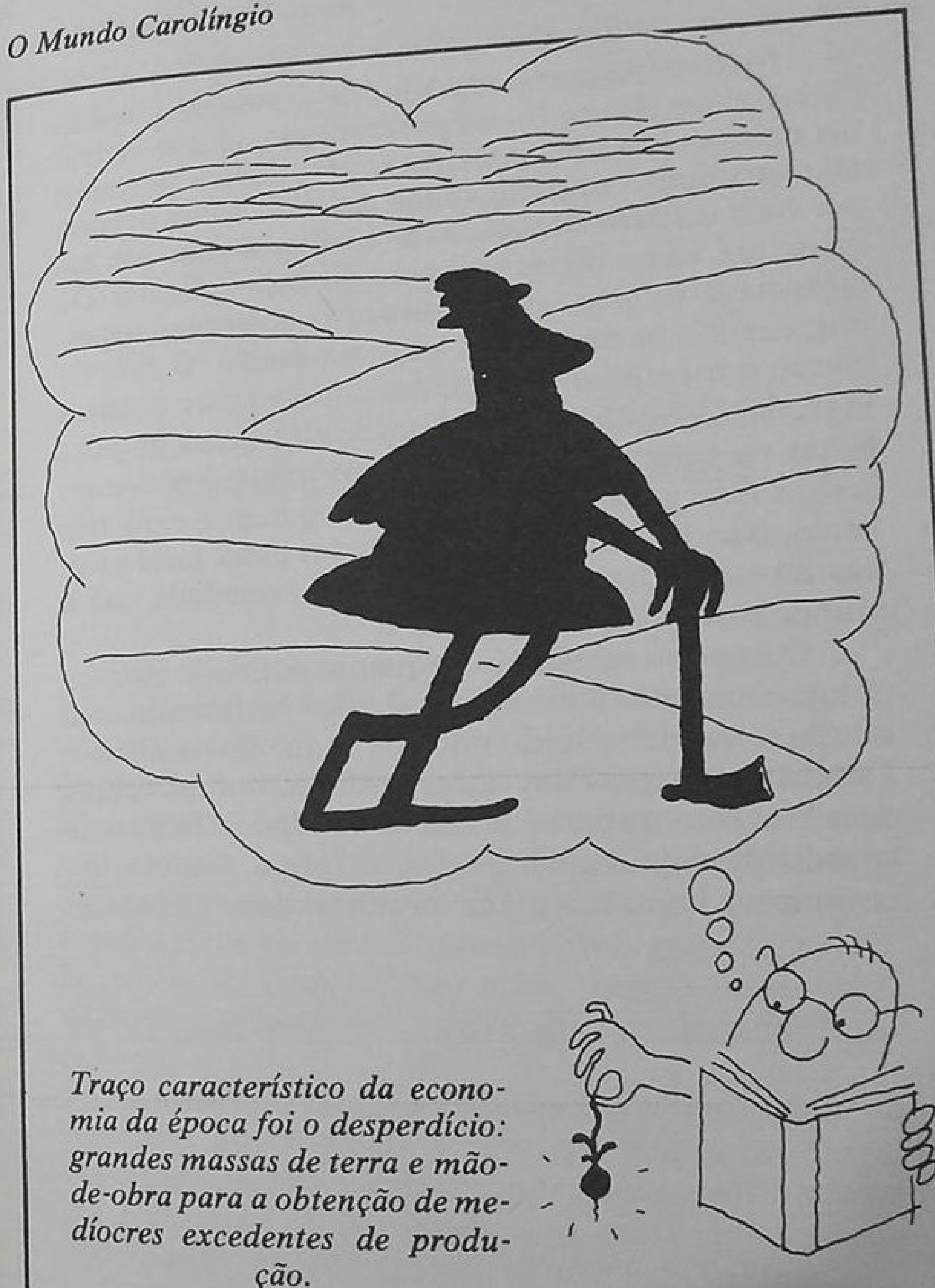
A empresa eclesiástica dos carolíngios não se limitou, apenas, à igreja secular. Também o clero regular foi encerrado nos quadros fechados da diocese. Os mosteiros, que até então gozavam de relativa liberdade quanto à gerência de seus bens e escolha de seus abades, foram integrados na hierarquia eclesiástica, perdendo tais prerrogativas. Ao mesmo tempo, foram todos padronizados de acordo com a regra única dos beneditinos, o que não deixou de fortalecê-la no período.

Mas para que o cristianismo se tornasse o denominador comum de todo o império, não bastava hierarquizar a Igreja. Era preciso, ainda, torná-la mais rica, dona de bens variados e de um patrimônio flexível. Nesse sentido a monarquia tomou três tipos de providências. A mais expressiva e duradoura delas foi a generalização da obrigatoriedade do pagamento do dízimo por toda a população, gerando uma fonte regular dos rendimentos eclesiásticos. Como o dízimo equivalia a 1/10 dos frutos da terra, estipulou-se que era esta e não os homens que eram gravados, originando uma ficção bem de acordo com a ruralização da sociedade, da qual não escapavam nem os proprietários não-cristãos. A segunda providência real foi o compromisso com a extinção da prática de usurpação das terras da Igreja, observada desde os últimos merovíngios, o que permitiria a estabilização do patrimônio eclesiástico. Por fim, foi invertida a norma segundo a qual só uma igreja — a catedral — podia ser a titular de todos os bens da diocese. Dora-

vante, cada igreja seria responsável pelo patrimônio com que fosse dotada, mesmo no caso de haver mais de um território na mesma jurisdição. O efeito concreto disso foi a individualização das relações da Igreja com as questões temporais, dando margem a que os próprios clérigos prestassem fidelidade em troca de bens. Os eclesiásticos cada vez mais se integravam à sociedade vassálica.

Foi também sob os carolíngios que o papel da Igreja, enquanto centro de cultura, reforçou-se em todos os seus escalões. Responsável pela disseminação dos rudimentos da educação e das letras por toda a Europa, através da criação de escolas instaladas desde as paróquias até os bispados, a Igreja tentou promover um renascimento intelectual e artístico responsável pelo restabelecimento do uso da escrita na administração (do qual trataremos ao fim deste trabalho). Desse esforço resultou talvez a maior contribuição da Igreja para a Idade Média: a vulgarização da cultura clássica, fruto da missão de bispos e padres em cristianizar o Ocidente.

Assim, as exigências carolíngias de ordem e hierarquia tiveram um duplo efeito sobre a Igreja: se por um lado a subordinaram ao poder temporal, por outro reforçaram seu lugar na civilização medieval. Centro do culto e da liturgia, da vida social, assistencial e cultural da época, a Igreja tornou-se a espinha dorsal da construção carolíngia. E a tal ponto que, quando as estruturas do Estado esfacelaram-se, a sociedade buscou apoio na organização eclesiástica que sobreviveu, fortalecida, ao império.



Traço característico da economia da época foi o desperdício: grandes massas de terra e mão-de-obra para a obtenção de medíocres excedentes de produção.

No tocante a esse aspecto, fica, pois, muito difícil falarmos de um fracasso carolíngio, já que os frutos de sua obra de reconstrução política — por mais efêmero que o império tenha sido — sobreviveram por toda a Idade Média. Sem dúvida, a vida dos homens era cada vez mais animada pela religião. Da infância à velhice, os sacramentos acompanhavam-nos, desde o batismo até a extrema-unção. O próprio tempo e o cotidiano enquadravam-se pelas práticas sagradas: as estações eram marcadas pelas grandes festas da Igreja; as semanas, pelo ofício dos domingos; os dias, pelas preces que se sucediam a cada três horas. Não há como negar que todos esses foram signos do enquadramento religioso da sociedade que o mundo carolíngio favoreceu.

O império carolíngio enquanto entidade política desapareceu ainda durante o século IX, fazendo com que se rompesse o tenso equilíbrio que havia entre o Estado e a Igreja. Para ela se deslocou o duplo papel de árbitro das questões políticas da Idade Média e de guardiã da dignidade imperial. A Igreja, finalmente, assumiria a liderança plena da cristandade ocidental.



O ESTADO CAROLÍNGIO: LIMITES E REALIZAÇÕES

O Estado Merovíngio

A unificação da Gália por Clóvis no século V deu origem, como vimos, ao primeiro Estado bárbaro do Ocidente cristianizado sob influência do papado. Teve início a chamada dinastia merovíngia, que reinou até que os primeiros carolíngios assumissem o poder, já em pleno século VIII. Mas se os germanos, recém-saídos de uma estrutura tribal, mal conheciam as noções de bem público e até mesmo de Estado, quais seriam os suportes institucionais do reino franco?

Antes de mais nada os invasores se utilizaram da estrutura administrativa romana que sobrevivera, tentando manter sua hierarquia, suas instituições e seu elaborado código jurídico. A esses restos foram superpostos os princípios e as práticas germânicos,

resultando daí uma organização original onde se confundiam as duas heranças, num misto de poder público e serviços privados do rei. O predomínio das instituições germânicas se impôs através dos dois princípios centrais que serviram de fundamento ao novo Estado: o da lealdade pessoal que ligava o soberano a seu povo, e a visão patrimonial do poder, que identificava o reino à propriedade privada do príncipe. A lealdade a que nos referimos era, como já vimos, essencialmente militar, associando o chefe e o bando em torno de interesse por novas conquistas. Já o reino, enquanto bem privado do soberano, podia ser disposto por ele segundo a sua vontade, sendo que, à sua morte, deveria ser dividido, obrigatoriamente, entre todos os herdeiros. Ao desconhecerem o direito da primogenitura, os germanos introduziram em seus reinos um clima de instabilidade latente, oriundo das partilhas sucessórias e das disputas entre as partes pela reunificação.

Num Estado desse tipo a rigor só duas instituições eram reconhecidas enquanto tais: a própria realeza e os órgãos de participação popular. A primeira era exercida não em nome do bem comum, mas do direito natural que detinha o chefe, o de usar de todos os meios para se fazer obedecer, coagindo, julgando e punindo o seu bando (súditos). Esses poderes, bem como os rendimentos que deles provinham, constituíam privilégio exclusivo do rei (ou *regalia*). A outra instituição eram os conselhos que cuidavam das questões administrativas e jurídicas, nos quais se faziam presentes todos os homens livres, cidadãos.

Esses conselhos ou *malla* presidiam a sociedade germânica em todos os seus níveis, desde o local (dirigido pelos condes) até o do palácio.

Os demais componentes do que poderíamos chamar de administração central constituíam, na verdade, o serviço doméstico do rei. Sediados no palácio ou corte, estavam os "funcionários" que desempenhavam tarefas como as de camareiro, guardião do tesouro, copeiro e outras que eram muito mais prestações pessoais do que propriamente funções públicas. Como se vê, não existia uma autêntica burocracia, mas sim uma nobreza de funções que servia ao soberano.

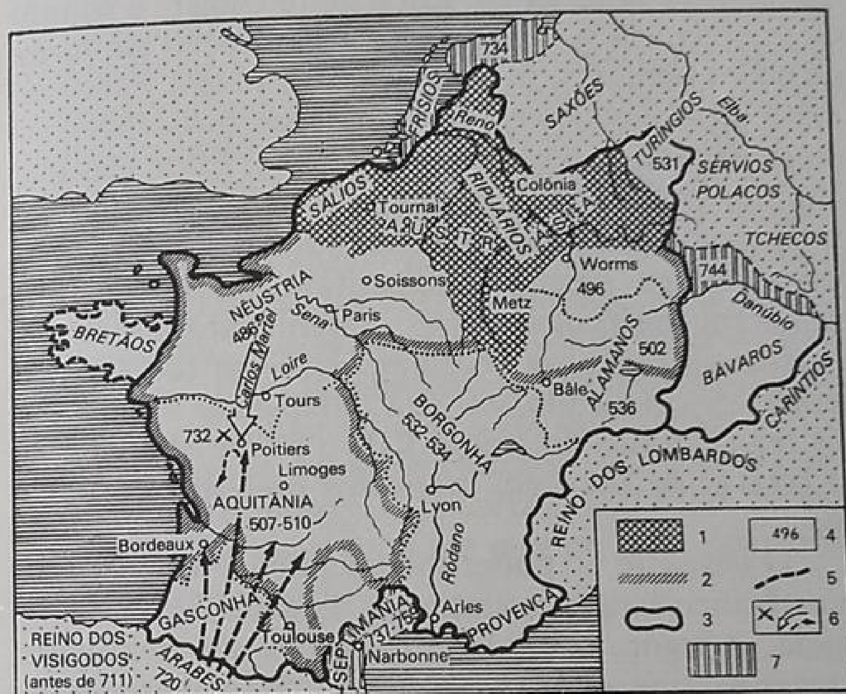
A administração local também oferecia um aspecto muito simples. Para preservar a unidade do reino, foram aproveitadas as antigas células da administração romana, as cidades. Despidas de suas funções mercantis e artesanais e restritas apenas ao papel de centros administrativos ou de defesa, as cidades tiveram sua continuidade assegurada por toda a Alta Idade Média. Como a figura do antigo magistrado urbano desaparecera, em seu lugar foram estabelecidos agentes pessoais do soberano — os condes — que ali se encontravam na qualidade de vassalos do rei. Com plenos poderes fiscais, judiciais e militares, os condes eram remunerados por meio da doação de um benefício inerente a seu cargo e não mediante um vencimento. Dentro da concepção patrimonial do Estado não havia lugar para a noção de erário.

O Estado merovíngio, portanto, carecia de fontes regulares de receita para se manter. Uma vez que

as funções públicas confundiam-se com o dever pes-
soal de servir ao rei, era difícil manter-se o próprio
imposto e, mais ainda, a estrutura fiscal herdada de
Roma. Os impostos diretos — cobrados sobre os ho-
mens e as terras — provinham do exercício do direito
do bando real e, dessa forma, eram açambarcados
pelos representantes locais do rei. Os tributos indi-
retos — cobrados sobre a circulação e venda das mer-
cadorias — foram mantidos, mas o direito a sua co-
brança era cedido pelo soberano de forma desorde-
nada e anárquica. A principal fonte de rendimentos
da realeza eram os domínios públicos, isto é, as pro-
priedades particulares do soberano, cuja exploração
ficava a cargo de alguns intendentes, e seu chefe su-
premo, o prefeito do palácio, viria a ter importância
decisiva para a história carolíngia.

Apesar de indiferentes ao bem público, os mero-
víngios eram pródigos em benesses para com seus ho-
mens. Recompensando a fidelidade de seus seguido-
res por meio da doação de benefícios, como vimos, a
realeza favoreceu a transformação dessa aristocracia
de funções numa classe de grandes proprietários, à
qual se fundiram, por solidariedade de interesses ou
casamentos, a antiga nobreza romanizada e até mes-
mo o clero. A monarquia fortalecia uma aristocracia
que iria disputar com ela o pleno direito sobre as ter-
ras e os homens, acabando por superá-la. E a que se
deveu o triunfo dos grandes proprietários sobre a rea-
leza merovíngia?

Em primeiro lugar, à forma como era exercido o
poder. Já observamos que quanto mais se multipli-



O Estado Franco nos séculos V-VIII. 1. território dos francos por volta de 481; 2. conquistas de Clóvis (481-511); *3. o Estado franco sob os sucessores de Clóvis; 4. datas de incorporação dos territórios; 5. anexações precárias; 6. invasão dos Árabes na Gália e batalha de Poitiers* (732); *7. aquisições sob Carlos Martel e Pepino, o Breve* (715-768). (In Histoire du Moyen Age. *Vários autores. Moscou, Les Éditions du Progrès, 1976, p. 75.)*

cavam as fidelidades, mais se desgastava o patrimônio real, o que era acentuado pelas partilhas decorrentes de cada sucessão. Em segundo lugar, o triunfo da aristocracia se deveu a sua organização em torno de novos senhores, os prefeitos do palácio. Estes, ao acumularem uma série de atribuições, passaram a gozar de grande importância econômica. Eram eles que zelavam pelas terras reais, pelo abastecimento da corte e pela convocação militar dos francos. À medida que seu prestígio aumentava, muitos nobres buscaram sua proteção e os prefeitos acabaram por reverter a prática da recomendação em seu próprio benefício, colocando sob sua autoridade a clientela dos reis. Em fins do século VII, o poder real na Gália estava, de fato, em mãos dos prefeitos do palácio.

O desgaste do poder monárquico e a divisão do reino franco foram os sintomas da decadência merovíngia. A rigor, a unidade do reino não conseguiu manter-se após a morte de Clóvis, fragmentando-se ele em quatro partes, sob o comando dos descendentes do fundador da dinastia (*vide* mapa 3). A Nêustria, Austrásia, Aquitânia e Borgúndia disputavam entre si a supremacia sobre o conjunto. No século VIII, uma delas conseguiu se impor: a Austrásia, a área menos romanizada da Gália e aquela onde a nova economia dominial mais se desenvolvera. Com o apoio da nobreza regional se organizou nova dinastia, em torno dos prefeitos do palácio austrasianos, disposta a pôr um fim na ficção merovíngia. Esta foi a origem do Império Carolíngio.

O Estado carolíngio: gestação e instituições

A maioria dos historiadores tradicionais costuma apontar como a característica mais marcante das estruturas políticas carolíngias o ressurgimento da centralização monárquica. Encarada como fato único em toda a Alta Idade Média, ela é explicada como obra do mérito ou genialidade pessoal de Carlos Magno. Hoje em dia, no entanto, os autores preocupam-se em demonstrar os limites estruturais desse esforço centralizador, que era incompatível com uma sociedade baseada em juramentos e obrigações pessoais. Dessa forma, a não ser que o rei pudesse ser conhecido e obedecido pessoalmente por toda a população — o que era impossível —, seria difícil falar de uma administração central ou até mesmo de funcionários propriamente ditos.

A administração central

Tal como no período anterior, o que comumente é chamado de administração central é o palácio, sediado na capital, Aix-la-Chapelle. Conjunto confuso da domesticidade privada do soberano, aí se misturavam, como vimos, fiéis que eram ao mesmo tempo servidores, sem que houvesse um limite claro entre os encargos privados e públicos. Sendo um legado merovíngio, o palácio foi apenas aperfeiçoado pela nova dinastia, sem grandes alterações, abrigando funcio-

nários eclesiásticos e leigos. Aos clérigos cabiam os serviços da capela — isto é, o serviço divino do rei e sua estirpe — e não funções administrativas, exceto na chancelaria. Esta, uma vez que o monopólio da cultura e das letras pertencia aos religiosos, passou a especializar-se na redação de ordens e diplomas reais, dando início a uma incipiente administração escrita. A simbiose entre atividades domésticas e administrativas fica mais evidente, entretanto, quando se trata dos funcionários leigos. As funções domésticas cabiam a agentes que realizavam serviços como o do abastecimento da corte (senescal) ou o cuidado com as estrebarias (o condestável). As atividades administrativas poderiam dar origem a uma espécie de secretariado, e eram desempenhadas pelo camareiro (encarregado da contabilidade das prestações pessoais enviadas ao rei) e pelo conde do palácio (presidente do tribunal real), todos eles vassalos do soberano.

O Estado carolíngio distingue-se dos Estados antigos e modernos por não possuir finanças estáveis, nem tampouco um exército permanente. Como a arrecadação fiscal fosse insuficiente, o pagamento dos servidores continuava a ser realizado mediante a doação de terras, evadindo-se, junto com elas, parcelas do próprio poder real. Estabelecia-se em círculo vicioso que bem ilustra a inviabilidade da montagem de um aparelho administrativo adequado às dimensões do império. As fontes tributárias da monarquia continuavam a ser as mesmas do período merovíngio só que complicava-se, cada vez mais, a cobrança dos impostos diretos e indiretos, reduzida pelos abusos

dos agentes locais do poder. O essencial das receitas carolíngias provinha de serviços e prestações *in natura* cobrados a todos os súditos. Aos vassalos cabia a obrigação de alimentar, alojar e transportar os funcionários itinerantes do rei; aos servos, a de prestar corvéias para a execução de trabalhos públicos. Mas a fonte principal das "finanças" públicas consistia na terra. Tanto o abastecimento da corte, quanto a manutenção do número de vassalos do soberano dependiam da dimensão e da rentabilidade das propriedades reais, daí ser fundamental sua preservação e a ampliação constante. A realização das campanhas anuais, a cada verão, são uma prova disso.

A monarquia também era instável quanto aos efetivos militares a seu dispor. Estes, somente disponíveis através da vassalagem, não constituíam um verdadeiro exército profissional, ficando ao sabor das relações pessoais entre o rei e seus servidores, assim como dos benefícios que aquele pudesse doar. Como o império tivera suas fronteiras dilatadas, as campanhas também se alongaram, tornando a mobilização militar onerosa para todos. Em função desse fato, ocorreu uma elitização do serviço das armas — cada vez mais a cargo dos maiores proprietários — e o encurtamento na duração das campanhas. Ambos acabariam por dificultar o crescimento dos domínios reais.

Para preservar a unidade do império e evitar a regionalização do poder, os carolíngios desenvolveram três tipos de mecanismos de controle administrativo: o juramento universal, o uso sistemático dos

missi dominici e uma reforma judiciária.

Mediante a cobrança generalizada do voto de fidelidade ao rei, procurava-se conferir uma força moral renovada à relação soberano-súditos, envolvendo-a no clima de grande religiosidade do período. Eficaz num primeiro momento, o juramento deixou de cumprir seu papel de "consagrador" das lealdades, quando assumiu nova forma — a do juramento vassálico. A partir desse momento, a idéia da reciprocidade de deveres entrou, de fato, na relação senhor-vassalos, legitimando-se até a desobediência ao rei, desde que este fosse parte não cumpridora do contrato. A fidelidade, mais que nunca, dependia de terras.

A ameaça constante de insubordinações e revoltas contra o poder central foi parcialmente sanada por intermédio da nomeação de agentes diretos do rei — os *missi dominici*. Estes, situados paralelamente à hierarquia dos demais funcionários, eram encarregados de supervisionar localmente o cumprimento das ordens reais, bem como de renovar a fidelidade dos vassalos e coibir seus abusos e desmandos de poder. Por exercer uma função itinerante, os *missi* nunca agiam sozinhos. Compunham um colegiado de cinco ou mais membros, englobando tanto leigos como religiosos, que tinha sob sua inspeção periódica um grupo fixo de condados, geralmente situados fora da região onde os próprios agentes possuíam suas propriedades. Apesar de todos esses cuidados, a eficácia dos *missi dominici* foi reduzida. Por serem em pequeno número, insuficiente para cobrir todo o império, acabaram acumulando em suas mãos poderes

em demasia. Por terem uma origem social bastante "suspeita", sendo todos eles grandes proprietários, terminaram se solidarizando com os interesses dos poderosos locais que inspecionavam.

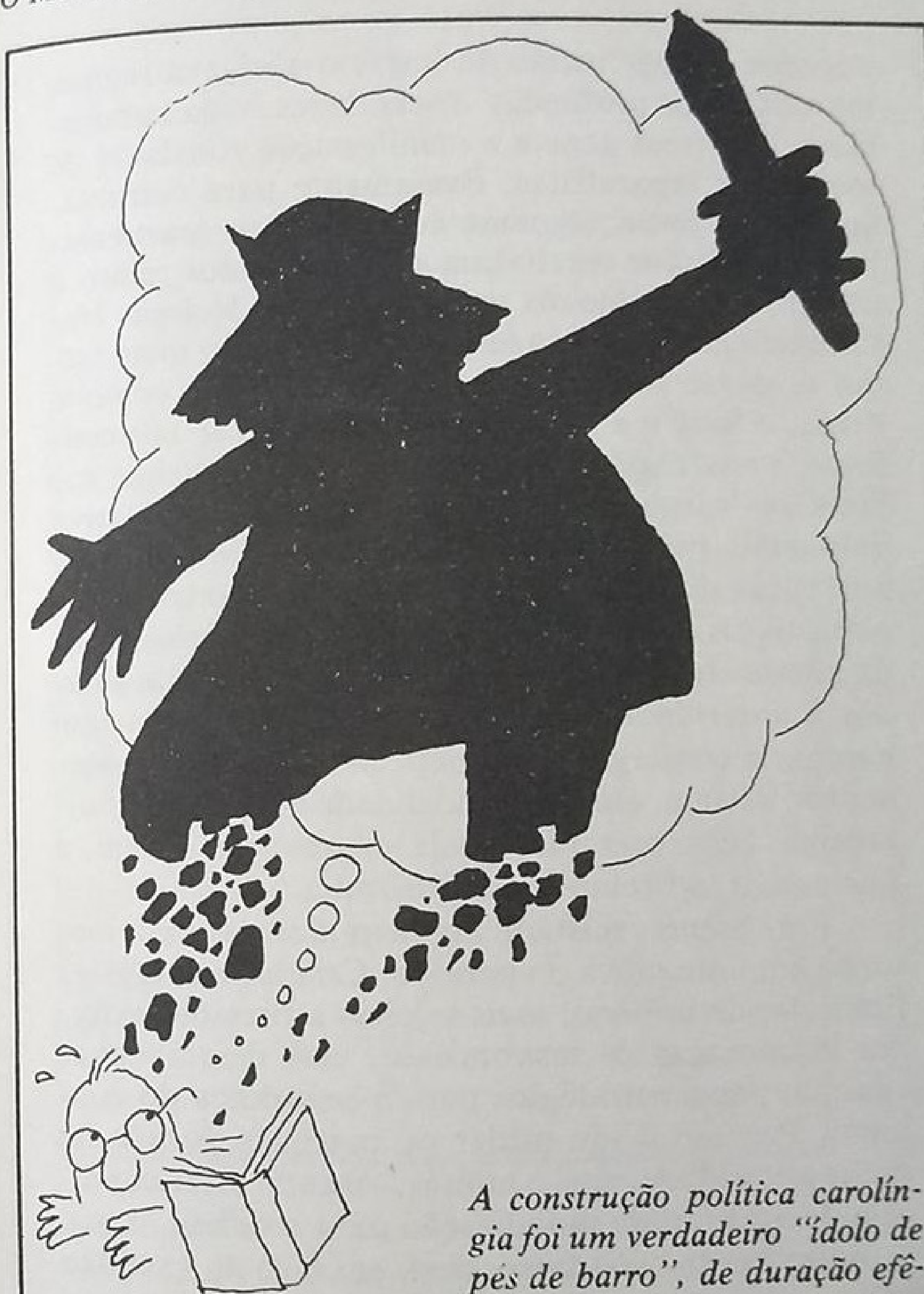
Outra tentativa dos soberanos de frear a regionalização do poder foi a reforma judiciária, iniciada por Carlos Magno. Seu objetivo foi limitar não somente as causas que poderiam ser julgadas pelos condes, como também os territórios sob sua jurisdição. Em contrapartida, o Tribunal do Palácio teria reforçado o seu papel de corte suprema, tomando a si as questões jurídicas mais graves e que, normalmente, rendiam maiores multas. Visando esvaziar a pressão exercida pelos condes sobre as sentenças dos tribunais locais (*malla*) que presidiam, a composição destes úitimos foi alterada. Introduziu-se, aí, um novo tipo de juiz, nomeado diretamente pelo rei e que exerceria suas atribuições de forma fixa e vitalícia: os almotacéis. Entretanto, a generalização do sistema vassálico levou os almotacéis, eles próprios proprietários regionais, a se tornarem vassalos do conde. O alcance prático da medida foi reduzido. Ao completar-se esse processo, o *mallus* público se transformaria, de uma assembléia de francos (livres), numa corte feudal.

A administração regional

A administração local carolíngia era tão pouco sólida quanto o poder central, com a diferença de ser

mais uniforme do que aquele. Isso porque todo o império estava dividido em condados, circunscrições administrativas que cobriam desde as áreas de conquista mais recente, até aquelas consideradas reinos autônomos ou de administração direta do soberano. Embora seu número e extensão variassem bastante, de acordo com as anexações ou partilhas sucessórias, os condados carolíngios chegaram a ser algo em torno de 250. Em virtude da escassez de pessoal para a gerência de um território tão dilatado, o condado se tornou a célula da administração no período. Seu titular, o conde, pertencente ao escalão dos vassalos diretos do rei, representava-o localmente na plenitude de seus poderes. Apesar da tutela esporádica dos *missi*, o conde era o responsável pela execução das ordens reais, pela arrecadação das taxas e pelo exercício da justiça sobre uma área considerável. Sua remuneração provinha de duas fontes: da dotação de um benefício, inerente a sua função (a honra, como vimos) e do recebimento de um terço das multas e taxas percebidas em nome do poder público. Como vemos, os condes gozavam de vantagens excepcionais, que a própria política vassálica carolíngia se encarregou de multiplicar ao promover a fusão da honra com o benefício. O surgimento da ambígua figura do "funcionário-vassalo", que daí resultou, marcou uma etapa a mais no processo de privatização das funções públicas que teria seu coroamento entre os séculos X e XI.

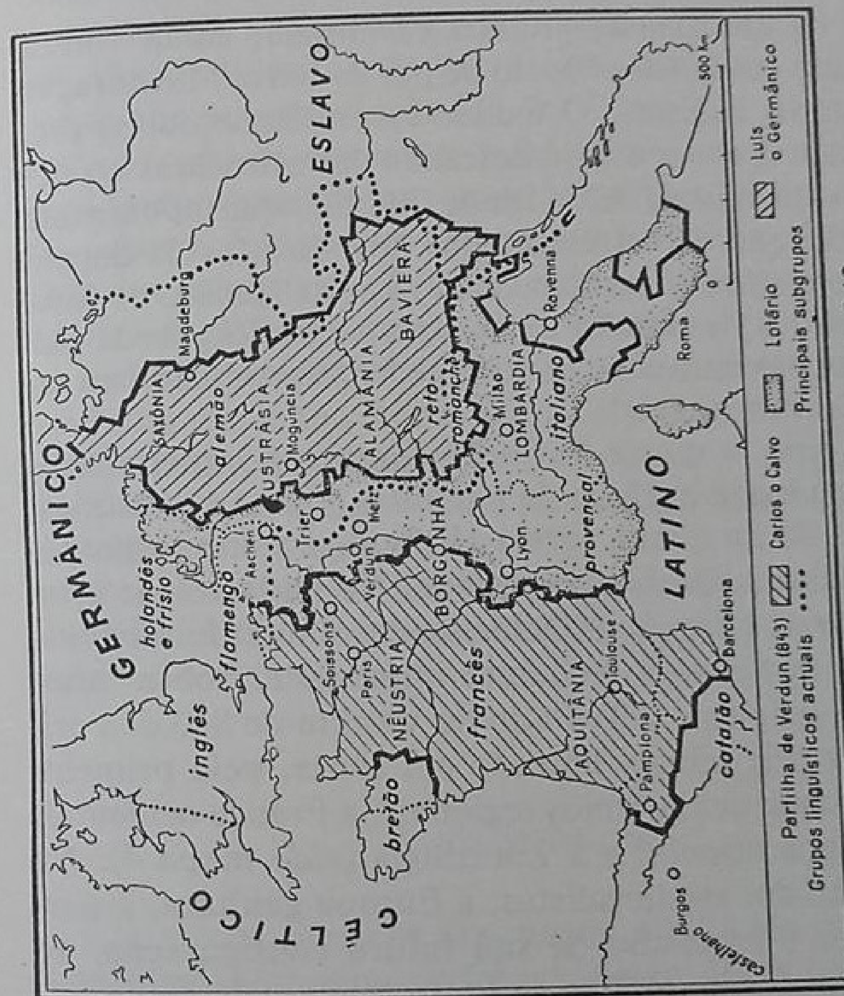
Outra instância da administração local carolíngia constituía-se dos chamados reinos satélites e dos



A construção política carolíngia foi um verdadeiro "ídolo de pés de barro", de duração efêmera.

ducados. O gigantismo do império abrigava regiões marcadas por profundas diversidades, cuja submissão pelas armas gerava a manifestação constante de tendências separatistas. Exatamente para controlá-las, foram feitas algumas concessões ao particularismo local, que resultaram na criação dos reinos e ducados. Os primeiros se compunham de áreas tradicionalmente independentes, de anexação mais tardia e, quase sempre, insubordinadas, tais como a Frísia, o Saxe e a Baviera. Para minimizar tais conflitos, essas regiões foram cedidas diretamente aos herdeiros carolíngios que, preservando sua relativa autonomia política, deram margem à formação de autênticas dinastias paralelas, em luta contra o imperador. Os ducados eram os únicos territórios livres da administração em condados, embora subordinados à autoridade carolíngia. Autorizados pela monarquia a conservar suas próprias leis e seus governantes, deviam, em troca, fidelidade e tributos ao soberano. Seus exemplos mais expressivos foram a Lombardia, a Bretanha e a Gasconha.

Finalmente, existiam ainda as marcas, uma inovação administrativa do período. Criadas nas regiões limítrofes do império, mais sujeitas a pressões externas ou ameaças de insubmissão, elas desempenhavam um papel estratégico para a segurança do conjunto. Por isso o seu titular ou marquês gozava de dupla autoridade, civil e militar, visando criar condições de uma rápida mobilização para a defesa, o que de outra forma seria impossível, em face da vastidão do império e a morosidade dos transportes. Ao mes-



A Partilha de Verdun em 843.
(In *Lopez, R.*, O Nascimento da Europa. *Lisboa, Cosmos, 1965.*)

mo tempo, a criação das marcas — como as da Espanha e Friul, por exemplo — ameaçava diretamente a monarquia, ao permitir o acúmulo de poderes fora do controle do soberano.

A construção política carolíngia, como vimos, foi um verdadeiro "ídolo de pés de barro" de duração bastante efêmera. O Estado centralizado que se pretendeu renovar estava defasado das estruturas econômico-sociais da Alta Idade Média, que apontavam na direção do estreitamento dos vínculos de dependência entre os homens e da regionalização, de fato, do poder de coação extra-econômica, o grande instrumento da extração do excedente produzido no organismo senhorial.

Após a morte de Carlos Magno, o império atravessou longo período de partilhas e lutas sucessórias, em meio ao qual a Igreja afirmou-se como responsável pela união da cristandade. Na tentativa de estabilizar as guerras, o Ocidente carolíngio foi dividido entre os netos do primeiro imperador. Sob a inspiração religiosa, o Tratado de Verdun de 843 deu origem a três reinos, levando em conta, pela primeira vez, os particularismos regionais: a França ocidental, a França oriental e a Loratíngia (*vide* mapa 4). Na opinião dos medievalistas, a Europa ganhara, a partir daí, o rascunho de sua futura configuração, ao mesmo tempo em que se tomava consciência da impossibilidade de manter-se unido um território de dimensões continentais.

Mas as bases do tratado eram frágeis. Não era apenas o território que se fracionava. Junto com ele,

e diante das mudanças ocorridas com a sociedade no período, também regionalizava-se a classe proprietária, privatizando o poder. A sucessão de partilhas e o conseqüente desmembramento das funções públicas minaram a dinastia a partir de suas próprias bases. O enfraquecimento da realeza, ao longo da segunda metade do século IX, facilitou, por sua vez, a penetração de novos povos bárbaros que já de algum tempo ameaçavam suas fronteiras. A invasão dos *vikings*, húngaros e sarracenos acelerou a derrocada dos carolíngios. Em resposta às urgentes necessidades de defesa e ao clima de insegurança daí decorrentes, acentuou-se o processo de concentração de condados em mãos de um só titular. Alguns poucos condes transformaram-se em verdadeiros príncipes territoriais hereditários, cuja autoridade não mais era exercida em nome do rei.

Na virada para o século X, a construção carolíngia desmoronara e a idéia unitária do império nada mais seria, de fato, senão uma ficção eclesiástica.

A cultura

Já vimos que um dos meios utilizados para a consolidação do império foi a religião. Para facilitar a tarefa, os primeiros monarcas carolíngios definiram uma política eclesiástica e cultural que teve início com a reforma da Igreja franca. Sua essência repousou na imposição do ideal romano da disciplina e da

organização sobre o individualismo germânico. Tal como acontecia às estruturas leigas, daí resultou a construção de severa hierarquia religiosa, concebida como a garantia da realização da missão real de zelar pela ordem, com um pessoal administrativo competente e idôneo. Imbuídos desse tipo de preocupações, que além de políticas eram moralizantes, os soberanos interferiram diretamente na esfera do espiritual, dotando a Igreja de uma armadura institucional tão rigorosa quanto uniforme e que sobreviveria ao próprio império. Essa hierarquia, que escalonava desde o arcebispo e sua província até os párocos (ligados à população rural), tinha por objetivo subordinar todas as igrejas privadas existentes em cada domínio ou burgo à igreja pública, padronizando-as.

Ao lado disso, cada igreja seria responsável pela criação de escolas em todos os seus níveis — catedral, diocesano e paroquial. Por meio da disseminação de uma cultura profundamente bíblica, porém uniforme, pretendia-se criar um verniz de conhecimentos gerais que penetrasse em todas as áreas do império, principalmente as recém-incorporadas e as menos romanizadas. Os rudimentos da cultura clássica, que até o momento achavam-se concentrados nos centros italianos, seriam espalhados por todo o continente, integrando-se num projeto que buscava adequar a geografia da cultura àquela do poder, cujo eixo deslocara-se para o norte. Na verdade, o que se achava implícito nesse projeto era a definição de novo papel para o clero. Ao mesmo tempo em que do ponto de vista político eles seriam os zeladores da ordem

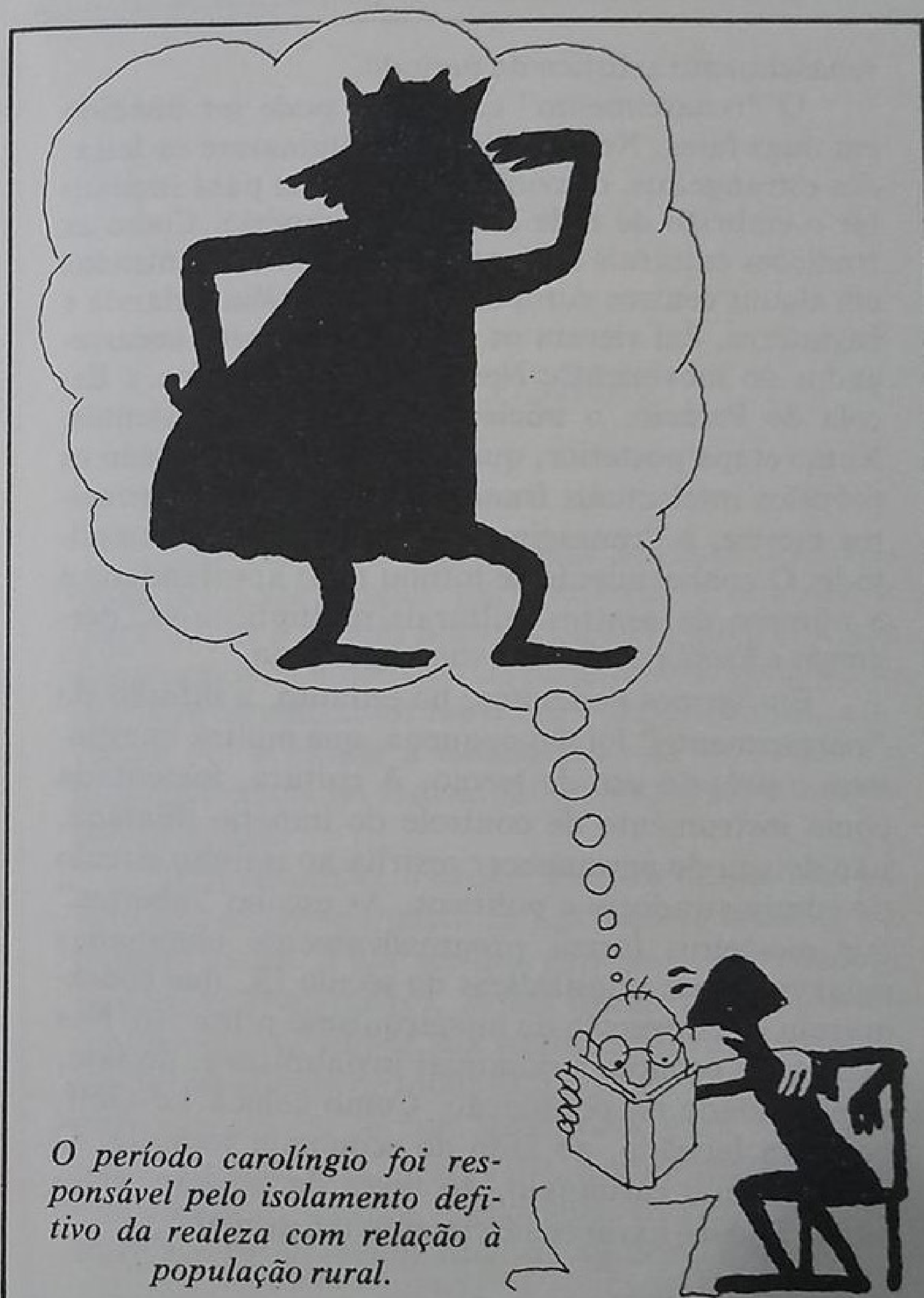
cristã, os clérigos reservaram para si também uma função pedagógica e cultural que lhes garantiria novo lugar na sociedade e na relação com o poder. Detentores exclusivos do conhecimento superior, os religiosos eram os primeiros escolhidos para ocupar postos administrativos e para se tornarem conselheiros dos grandes. Até mesmo certas funções tidas como profanas, como a poesia, por exemplo, tornaram-se monopólio dos eclesiásticos. Em conseqüência, a cultura leiga foi sendo eliminada.

O movimento de renovação cultural que teve lugar na Europa dos séculos VIII e IX é conhecido como "renascimento carolíngio". Em que se constituiu esse movimento? Objetivamente falando, duas foram suas implicações mais expressivas: por um lado, a renovação da cultura escrita, que consagrou o latim como a língua dos círculos oficiais; por outro, a uniformização da caligrafia, que originou a carolínea, a minúscula redonda empregada na documentação. Em termos literários, isso se refletiu numa valorização das cópias, que acabou por motivar a busca de livros antigos, nos valendo a preservação de inúmeros textos de autores clássicos a que hoje temos acesso, tais como Cícero e Virgílio.

Outro tipo específico de produção literária do período foram os manuais pedagógicos e os breviários, que consistiam em instrumentos da difusão dos grandes temas do ensino, destinados à educação dos jovens bem-nascidos. Sendo a Bíblia a fonte de toda a formação dos homens, os temas daí extraídos versavam sobre os padrões morais que deveriam presidir

a vida dos príncipes e dos aristocratas leigos em geral. Cada qual tinha objetos próprios de reflexão. Àqueles destinavam-se temas como "a missão de governar"; aos aristocratas, os de "como governar-se" no combate aos vícios e na prática das virtudes cristãs. Além desses manuais — também conhecidos como "espelhos" — havia, ainda, os tratados filosóficos, destinados à formação dos clérigos, cujos temas principais eram Deus e a natureza.

O período carolíngio é também considerado como a "idade de ouro" das escolas e dos educadores. Teve início o esboço de uma rede escolar, tão hierarquizada quanto a própria Igreja. A Escola do Palácio foi a mais célebre de todas. Na verdade, ela não era um estabelecimento de ensino sistemático, mas um local de encontros e discussões dos expoentes da intelectualidade eclesiástica da época, e se destinava à preparação de jovens nobres que visavam alcançar algum cargo administrativo. Em segundo plano vinham as escolas eclesiásticas, que se constituíram na mais ambiciosa iniciativa do programa escolar carolíngio. Sua pretensão era ensinar aos futuros clérigos tudo que contribuísse para o enobrecimento de sua missão, isto é, além de ler, escrever e cantar, as artes marciais encerradas no *Trivium* (Gramática, Dialética e Retórica) e no *Quadrivium* (Aritmética, Música, Geometria e Astronomia). Finalmente, havia as escolas paroquiais, responsáveis pelo ensinamento às crianças da área rural. Independentemente de sua condição social, todas elas deveriam receber rudimentos da Gramática e de canto, este o motor do



O período carolíngio foi responsável pelo isolamento definitivo da realeza com relação à população rural.

renascimento artístico do período.

O "renascimento" carolíngio pode ser dividido em duas fases. Na primeira, predominaram os letrados estrangeiros, convidados pela corte para implantar o embrião de rede escolar do império. Como as tradições culturais antigas se achavam concentradas em alguns centros europeus, como a Itália, Irlanda e Inglaterra, daí vieram os primeiros agentes encarregados do movimento. Nessa fase predominou a Escola do Palácio, o núcleo de todos esses talentos. Numa etapa posterior, quando já se tinham criado os próprios intelectuais francos, discípulos dos primeiros mestre, o "renascimento" ganhou maior amplitude. O conhecimento se tornou mais aprofundado e o número de centros culturais multiplicou-se, perdendo a Escola da Corte a sua hegemonia.

Em termos concretos, no entanto, a difusão do "renascimento" foi tão pequena, que muitos questionam o próprio uso do termo. A cultura, fomentada como instrumento de controle do império dilatado, não deixou de permanecer restrita ao estreito círculo de administradores e políticos. As escolas "abertas" dos mosteiros foram progressivamente eliminadas pelas reformas eclesiásticas do século IX, que consagraram a introversão do monarquismo primitivo. Nos campos, a economia dominial inviabilizava, de fato, a mobilidade da população. Como coloca Le Goff, "cultura fechada, ao lado de economia fechada. O renascimento carolíngio, ao invés de semear, entesoura. Poderá haver renascimento tão avaro?".

CONCLUSÃO

Como vimos, as engrenagens políticas desenvolvidas pelos carolíngios para reforçar a autoridade real e impor a ordem numa sociedade guerreira não atingiram seus objetivos. Os juramentos, generalizados para amenizarem rebeliões e separatismos, acabaram por acentuar a vassalização da sociedade e a preponderância do individual (privado) sobre o coletivo (público).

Nesse contexto, a ordem e a autoridade não poderiam manter-se a partir de um palácio distante dos poderes locais. A não ser que existisse um verdadeiro quadro administrativo, única forma de o soberano ser obedecido e impor sua vontade e justiça seria tratar pessoalmente de todas as questões. O prestígio e a presença do rei seriam suficientes para fazer valer suas decisões. Mas, neste caso, o monarca se tornaria um perpétuo errante, deslocando-se por toda parte para acudir ao menor sinal de agitação e de descon-

tentamento. Como tudo repousava, de fato, na pessoa do soberano e não nos quadros do Estado — visivelmente insuficientes e inadequados —, o império mal sobreviveria à morte de seu criador em 814. Os imperativos da economia rural voltada para as necessidades de subsistência, assim como a estrutura de uma sociedade formada por ávidos guerreiros, não comportavam a construção de uma entidade política sólida e articulada.

Assim, cremos ter ficado claro que a principal questão que nos colocamos não foi saber por que o império se desestruturou, mas sim por que jogo de circunstâncias ele pôde manter-se, bem ou mal, por mais de um século. E neste ponto, vimos como foi determinante o papel da Igreja, ao pretender consolidar a cristandade ocidental sob sua tutela.

Mediante essas razões, seria válido concluirmos por um total fracasso das iniciativas carolíngias? De forma alguma. Seu saldo teve repercussões marcantes para a posterior história da Europa. Sob o prisma intelectual e artístico, a renovação da escrita e o fomento da cultura eclesiástica foram fundamentais para a preservação da herança da Antigüidade clássica, assim como para a multiplicação das fontes sobre o período. Do ponto de vista da teoria política, o mundo carolíngio contribuiu com a perpetuação do príncipe monárquico, além de introduzir a sagração como fundamento do poder real, o que perdurou até a Revolução Francesa. A própria geografia da Europa contemporânea teve origem nessa época, configurando-se alguns de seus países a partir do Tratado

de Verdun. Por fim, cabe ressaltar que a regionalização do poder, que então se acelerou, teve seu lado positivo. Os comandos locais, favorecendo a agilização da defesa, reduziram o impacto destruidor das invasões do século IX, ao contrário do que ocorrera com o Império Romano.

A contribuição essencial do período carolíngio, no entanto, foi ter servido de marco para o início da história do feudalismo ocidental. Por um lado, o esforço administrativo e ideológico de "recriar" o antigo sistema imperial acabou por sedimentar as bases do novo. E o novo, sob a capa da centralização política, foi a emergência das mais importantes instituições feudais, em particular, a fusão da vassalagem com o benefício. Por outro, ele foi responsável pelo isolamento definitivo da realeza com relação à população rural, permitindo sua subordinação, de fato, aos proprietários dominiais. O reforço da rede vassálica propiciou o nivelamento das condições de vida dos camponeses, transformando-os numa só massa de dependentes, marginalizados da sociedade guerreira.



INDICAÇÕES PARA LEITURA

1) SOBRE OS PERÍODOS MEROVÍNGIO E CAROLÍNGIO ESPECIFICAMENTE:
E. Perroy — *Le monde carolingien*. Paris, Sedes, 1974; L. Halphen — *Carlomagno y el Imperio Carolingio*. México, Uteha, 1955; J. Calmette — *Charlemagne*. Paris, PUF, 1966; G. Fournier — *Les Mérovingiens*. Paris, PUF, 1969; H. Pirenne — *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa, D. Quixote, 1970.

2) SOBRE A ECONOMIA E SOCIEDADE MEDIEVAIS EM GERAL:
P. Anderson — *Passages from Antiquity to feudalism*. Londres, NLB, 1974; B. H. Slicher van Bath — *Historia Agraria de Europa Ocidental (1500-1850)*. Barcelona, Península, 1978; M. Bloch — *A sociedade feudal*. Lisboa, Setenta, 1979; R. Boutruche — *Señorio y feudalismo*. Primera época: los vínculos de dependencia. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973; G. Cherubini — *Agricultura e società rurale nel medioevo*. Florença, Sansoni, 1972; R. Doehaerd — *Occidente durante la Alta Edad Media*. Economias y sociedades. Barcelona, Labor, 1974; G. Duby — *Guerreros y campesinos*. Desarollo inicial de la economia europea (500-1200). Madri, Siglo XXI, 1976; R. Fossier — *Histoire Sociale de l'Occident Médiéval*. Paris, Armand Colin, 1970; G. Fourquin — *Le Paysan d'Occident au Moyen Age*. Paris, F. Nathan, 1972; *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa, Setenta, 1978; R. Latouche — *Les origines d'Économie Occidentale (IVe-XIe siècle)*. Paris, Albin Michel, 1956; M. Lombard — *The Golden Age of Islam*. Amsterdã, North-Holland, 1975.

3) SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA DO OCIDENTE MEDIEVAL:

J. Dhondt — *La Alta Edad Media*. Madri, Siglo XXI, 1974; R. Fédou — *L'État au Moyen Age*. Paris, PUF, 1971; G. Fournier — *L'Occident de la fin du Ve siècle à la fin du IXe siècle*. Paris, Armand Colin, 1979; M. Pacaut — *Les structures politiques de l'Occident médiéval*. Paris, Armand Colin, 1969; W. Ullman — *Medieval Political Thought*. Londres, Penguin, 1975.

4) SOBRE OS ASPECTOS RELIGIOSOS E CULTURAIS:
M. Deanesly — *A history of the Medieval Church (590-1500)*. Londres, Methuen, 1979; J. Le Goff — *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa, Estudios-Cor, 1973; J. Paul — *Histoire Intellectuelle de l'Occident Médiéval*. Paris, Armand Colin, 1973; P. Riché — *De l'éducation antique à l'éducation chevaleresque*. Paris, Flammarion, 1968.



Sobre a Autora

Nascida no Rio de Janeiro, com graduação e mestrado na Universidade Federal Fluminense, ali lecionei História Antiga e Medieval até 1980.
Continuo na mesma universidade, agora lecionando História do Brasil.

Caro leitor:
As opiniões expressas neste livro são as do autor, podem não ser as suas. Caso você ache que vale a pena escrever um outro livro sobre o mesmo tema, nós estamos dispostos a estudar sua publicação com o mesmo título como "segunda visão".



COLEÇÃO TUDO É HISTÓRIA

1 - **As independências na América Latina** Leon Pomer 2 - **A crise do escravismo e a grande imigração** P. Beiguelman 3 - **A luta contra a metrópole (Ásia e África)** M. Yedda Linhares 4 - **O populismo na América Latina** M. Lígia Prado 5 - **A revolução chinesa** D. Aarão Reis Filho 6 - **O cangaço** Carlos A. Dória 7 - **Mercantilismo e transição** Francisco Falcon 8 - **As revoluções burguesas** M. Florenzano 9 - **Paris 1968: as barricadas do desejo** Olgária C. F. Matos 10 - **Nordeste insurgente (1850-1890)** Hamilton M. Monteiro 11 - **A revolução industrial** Francisco Iglésias 12 - **Os quilombos e a rebelião negra** Clóvis Moura 13 - **O coronelismo** M. de Lourdes Janotti 14 - **O governo J. Kubitscheck** Ricardo Maranhão 15 - **O movimento de 1932** Maria H. Capelato 16 - **A América pré-colombiana** C. Flamarion Cardoso 17 - **A abolição da escravidão** Suely R. R. de Queiroz 18 - **A proclamação da república** J. Ênio Casalecchi 19 - **A revolta de Princesa** Inês C. Rodrigues 20 - **História política do futebol brasileiro** J. Rufino dos Santos 21 - **A Nicarágua sandinista** Marisa Marega 22 - **O iluminismo e os reis filósofos** L. R. Salinas Fortes 23 - **Movimento estudantil no Brasil** Antonio Mendes Jr. 24 - **A comuna de Paris** H. González 25 - **A rebelião praieira** Izabel Marson 26 - **A primavera de Praga** Sonia Goldfeder 27 - **A construção do socialismo na China** D. Aarão Reis Filho 28 - **Opulência e miséria nas Minas Gerais** Laura Vergueiro 29 - **A burguesia brasileira** Jacob Gorender 30 - **O governo Jânio Quadros** M. Victória Mesquita Benevides 31 - **Revolução e guerra civil espanhola** Angela M. Almeida 32 - **A legislação trabalhista no Brasil** Kazumi Munakata 33 - **Os crimes da paixão** Mariza Corrêa 34 - **As cruzadas** Hilário Franco Jr. 35 - **A formação do 3.º mundo** Ladislau Dowbor 36 - **O Egito antigo** Ciro F. Cardoso 37 - **Revolução cubana** Abelardo Blanco/Carlos A. Dória 38 - **O imigrante e a pequena propriedade** M. Thereza Schorer Petrone 39 - **O mundo antigo: economia e sociedade** M. Beatriz B. Florenzano 40 - **Guerra civil americana** Peter L. Eisenberg 41 - **Cultura e participação nos anos 60** Heloísa B. de Hollanda 42 - **Revolução de 1930: a dominação oculta** Ítalo Tronca 43 - **Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910** M. A. Silva 44 - **Afro-América: a escravidão do novo mundo** Ciro F. Cardoso 45 - **A igreja no Brasil-Colônia** Eduardo Hoornaert 46 - **Militarismo na América Latina** Clóvis Rossi 47 - **Bandeirantismo: verso e reverso** Carlos Henrique Davidoff 48 - **O governo Goulart e o golpe de 64** Caio N. de Toledo 49 - **A inquisição** Anita Novinsky 50 - **A poesia árabe moderna e o Brasil** Slimani Zeghidour 51 - **O nascimento das fábricas** Edgar S. de Decca 52 - **Londres e Paris no século XIX** Maria Stella Martins Bresciani 53 - **Oriente Médio e o mundo dos árabes** Maria Yedda Linhares 54 - **A autogestão iugoslava** Bertino Nobrega de Queiroz 55 - **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo** Armando Boito Jr. 56 - **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha** Rodolpho Telarolli 57 - **Os jesuítas** José Carlos Sebe 58 - **A república de Weimar e a ascensão do nazismo** Angela M. Almeida 59 - **A reforma agrária na Nicarágua** Cláudio T. Bornstein 60 - **Teatro Oficina** Fernando Peixoto 61 - **Rússia (1917-1921) anos vermelhos** Daniel A. R. Filho 62 - **Revolução mexicana (1910-1917)** Anna M. M. Corrêa 63 - **América central** Héctor Pérez Brignoli 64 - **A guerra fria** Déa Fenelon 65 - **O feudalismo** Hilário Franco Jr. 66 - **URSS: o socialismo real (1921-1964)** Daniel A. R. Filho 67 - **Os liberais e a crise da República Velha** Paulo G. F. Vizentini 68 - **A redemocratização espanhola** Reginaldo C. Moraes 69 - **A etiqueta no antigo regime** Renato Janine Ribeiro 70 - **Contestado: a guerra do novo mundo** Antonio P. Tota 71 - **A família brasileira** Eni de Mesquita Samara 72 - **A economia cafeeira** José Roberto do Amaral Lapa 73 - **Argélia: a guerra e a independência** Mustafá Yazbek 74 - **Reforma agrária no Brasil-Colônia** Leopoldo Jobim 75 - **Os caipiras de São Paulo** Carlos R. Brandão 76 - **A chanchada no cinema brasileiro** Afrânio M. Catani/José Inácio M. Sousa 77 - **A Guiné-Bissau** Ladislau Dowbor 78 - **A cidade de São Paulo** Caio Prado Jr. 79 - **A Revolução Federalista** Sandra Jatahy Pesavento 80 - **Música popular brasileira** Valter Krausche 81 - **A emoção Corinthians** Juca Kfouri 82 - **A revolução inglesa** José Jobson de Andrade Arruda 83 - **Rebelião camponesa na Bolívia** Marcelo Grondin 84 - **Bairro do Bexiga** Célia Toledo Lucena 85 - **Um palco brasileiro: o Arena de São Paulo** Sábato Magaldi 86 - **Democracia e ditadura no Chile** Emir Sader 87 - **A insurreição pernambucana de 1817** Glacyra Lazzari Leite 88 - **A Civilização do Açúcar** Vera L. A. Ferlini 89 - **A revolta da vacina** Nicolau Sevcenko 90 - **A revolução alemã** Daniel Aarão Reis Filho 91 - **Tio Sam chega ao Brasil** Gerson Moura 92 - **A aventura da Jovem Guarda** Paulo de Tarso C. Medeiros 93 - **O escravo gaúcho** Mário José Maestri Filho 94 - **O trotskismo na América Latina** Osvaldo Coggiola 95 - **Movimento operário argentino** José Luís Bendicho Beired 96 - **História do rock I** Roberto Mugiatti 97 - **Juventude operária católica** Valmir F. Muraro 98 - **A industrialização brasileira** Francisco Iglésias 99 - **O mundo carolíngio** Sonia Regina de Mendonça 100 - **História do rock II** Roberto Mugiatti.

A SAIR:

A balaiada M. de Lourdes Janotti **A cristandade latina medieval** Francisco José Silva Gomes **A guerra dos farrapos** Antonio Mendes Jr. **A história do Caribe** Elizabeth Azevedo / Luiza V. Sauaia / Hildegard Herbold **A história do P.C.B.** Silvia Magnani **A independência dos EUA** Suzan Anne Semler **A redemocratização brasileira: 1942-1948** Carlos Henrique Davidoff **A revolta de Kronstadt** Héctor Alimonda **Arte e poder no Brasil Imperial** Haroldo Camargo **As internacionais operárias** M. Tragtenberg **Capital Monopolista no Brasil** Maria de Lourdes Manzini Covre **Fome e tensões na sociedade colonial** Maria O. Leite **Líbano: sonho e tragédia** Mustafá Yazbek **Música e sociedade no Brasil** Maria Elizabeth Lucas **O Chile socialista** Alberto Aggio/ Leila Elizabete Felipe / Maria Cristina Tejeda **Peru 1968: golpe ou revolução?** Adriana Amback/ Angela M. da Costa/Caroline Harari **Salazar e o estado novo português** Maria Luiza Paschkes

DAG GRÁFICA E EDITORIAL LTDA.
Imprimiu
Av. Nossa Senhora do Ó, 1.782
Tel.: 857-6044